



# ASSEMBLEIA FISCALIZA

RELATÓRIO-SÍNTESE | 2º CICLO

## PRINCIPAIS TEMÁTICAS E PROBLEMAS ABORDADOS EM 2019



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE MINAS GERAIS

Poder e voz do cidadão



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

Poder e voz do cidadão

[www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)



Gerência-Geral de Consultoria Temática  
Gerência-Geral de Projetos Institucionais

## RELATÓRIO-SÍNTESE — 2º CICLO

---

*Principais temáticas e problemas abordados em 2019*



Belo Horizonte — Dezembro de 2019

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Deputado Agostinho Patrus

*Presidente*

Deputado Antonio Carlos Arantes

*1º-vice-presidente*

Deputado Cristiano Silveira

*2º-vice-presidente*

Deputado Alencar da Silveira Jr.

*3º-vice-presidente*

Deputado Tadeu Martins Leite

*1º-secretário*

Deputado Carlos Henrique

*2º-secretário*

Deputado Arlen Santiago

*3º-secretário*

**SECRETARIA**

Cristiano Felix dos Santos Silva

*Diretor-geral*

Luíza Homen Oliveira

*Secretária-geral da Mesa*

**FICHA TÉCNICA****Elaboração e revisão de texto:**

Diretoria de Processo Legislativo

Gerência-Geral de Consultoria Temática (GCT)

Gerência-Geral de Projetos Institucionais (GPI)

**Projeto gráfico da capa:**

Diretoria de Comunicação Institucional

Gerência de Publicidade e Comunicação Visual (GPCV)

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>2</b>
<b>PARTE 1: Quadros sínteses das reuniões.....</b>	<b>4</b>
1) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa.....	5
2) Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.....	7
3) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede/Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig/Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa/Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor.....	9
4) Secretaria de Estado de Educação – SEE.....	12
5) Secretaria de Estado de Fazenda – SEF.....	14
6) Secretaria de Estado de Governo – Segov.....	17
7) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra.....	19
8) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp/Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG/Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG/Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais – CBMMG.....	22
9) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.....	26
10) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.....	28
11) Secretaria de Estado de Saúde – SES.....	30
12) Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese.....	32
<b>PARTE 2: Extratos dos relatórios das reuniões.....</b>	<b>39</b>
1) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa.....	40
1.1) Reservação de água pluvial em barragens.....	40
1.2) Alocação de recursos orçamentários para pesquisa agropecuária.....	41
1.3) Regularização fundiária.....	42
2) Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult.....	44
2.1) Descentralização dos recursos de fomento à cultura e promoção de ações de proteção e divulgação da diversidade cultural mineira.....	44
2.2) Desenvolvimento Turístico em Parques Estaduais.....	45
3) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede.....	47
3.1) Sede – Atração de investimentos e diversificação produtiva.....	47
3.2) Sede – Desenvolvimento do setor aéreo.....	49
3.3) Cemig – Privatização.....	50

3.4) Cemig – Revisão da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012.....	50
3.5) Copasa/Copanor – Novo Marco Regulatório do Saneamento.....	51
3.6) Copasa/Copanor – Possibilidade de faltar água na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	52
4) Secretaria de Estado de Educação – SEE.....	53
4.1) Educação em Tempo Integral.....	53
4.2) Infraestrutura das escolas.....	55
4.3) Pessoa com Deficiência.....	56
Emissão dos laudos de avaliação de alunos com deficiência para a matrícula em escolas especiais ou solicitação de acompanhamento escolar especializado no ensino regular.....	56
5) Secretaria de Estado de Fazenda – SEF.....	58
5.1) Proposta de adesão do Estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF – Lei Complementar nº 159/2017).....	58
5.2) Lei Kandir.....	59
6) Secretaria de Estado de Governo – Segov.....	61
6.1) Crise fiscal e adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal.....	61
6.2) Compensação da Lei Kandir.....	63
7) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra.....	65
7.1) Retomada as obras paralisadas no Estado, com foco principalmente nas rodovias e nos hospitais regionais.....	65
7.2) Investimentos em infraestrutura ferroviária no Estado, com seus temas conexos: renovação antecipada das concessões ferroviárias federais, metrô de BH, Plano Estratégico Ferroviário.....	67
8) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp/Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG/Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG/Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – CBMMG.....	70
8.1) Gestão de pessoas – <i>deficit</i> de efetivo.....	70
PMMG.....	70
PCMG.....	71
8.2) Sistemas prisional e socioeducativo.....	73
CBMMG.....	74
8.3) Autoextermínio e automutilação dos profissionais de segurança pública.....	75
PMMG.....	75
PCMG.....	76
CBMMG.....	77
9) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.....	78
9.1) Fiscalização Ambiental Orientadora e Preventiva nas atividades agrossilvipastoris.....	78
9.2) Destinação dos recursos da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM.....	78
9.3) Modernização de Licenciamento de Energias Renováveis.....	80
10) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.....	82

10.1) Impactos da crise fiscal no provimento de pessoal do Estado.....	82
10.2) Redução dos gastos do Estado.....	83
11) Secretaria de Estado de Saúde – SES.....	85
11.1) Quitação dos débitos relativos à prestação de serviços de saúde pelo SUS com os municípios e hospitais conveniados.....	85
11.2) Retomada das obras inacabadas na área da saúde (inclusive hospitais regionais).....	85
11.3) Política de Atenção à Saúde da Mulher.....	86
12) Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese.....	88
12.1) Trabalho, emprego e renda.....	88
Criação do Fundo Estadual do Trabalho.....	88
Política de geração de trabalho e renda no Estado.....	88
12.2) Assistência Social.....	89
Pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social aos municípios.....	89
Estrutura organizacional da Sedese e do financiamento para o desenvolvimento das suas ações.....	90
Protocolo de atendimento nas situações de emergência.....	90
12.3) Direitos Humanos.....	91
Direito à moradia e à terra.....	91
12.4) Defesa dos Direitos da Mulher.....	93
Enfrentamento das violências contra as mulheres.....	93
Feminicídio.....	97



## **Apresentação**

O Assembleia Fiscaliza é uma resposta institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aos anseios da população – e, acima de tudo, um inarredável direito – quanto à prestação de contas do Poder Executivo. Ele foi instituído pela Emenda à Constituição 99, de 2019, que vem reforçar uma das principais atribuições do Poder Legislativo: fiscalizar as ações do Executivo.

A norma jurídica estabelece o comparecimento dos dirigentes e titulares da administração do Estado ao Parlamento, que, assim, pode acompanhar com maior eficácia os programas e ações empreendidos por esses gestores no desenvolvimento das políticas públicas.

Este documento sintetiza as principais temáticas e os problemas discutidos durante as reuniões do 2º ciclo do Assembleia Fiscaliza, realizado entre 7 e 18 de outubro de 2019. Nos eventos, os parlamentares tiveram a oportunidade de questionar os principais problemas enfrentados pelo Estado na execução de políticas públicas em benefício da população mineira.

Estrutura-se o relatório em duas partes. A primeira delas apresenta as principais temáticas discutidas em cada encontro, registrando-se os problemas, os posicionamentos dos representantes do Executivo e a atuação parlamentar decorrente da discussão. Na segunda parte, constam informações mais substanciais, que auxiliam no aprofundamento das discussões. Informações completas e análises contextualizadas dos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza realizados em 2019 encontram-se disponíveis em página própria no Portal da Assembleia.

Finalmente, é preciso destacar que a fiscalização sempre existiu. Contudo, nesse novo ambiente proporcionado pelo Assembleia Fiscaliza, a prestação de contas ocorre, de modo mais sistemático, aprofundado e qualificado, em um espaço de diálogo travado entre os dois Poderes no mais alto nível. Por esse motivo, trata-se de uma iniciativa inédita e inovadora, que, a cada ciclo, contribui para a consolidação desse mecanismo útil e eficaz de acompanhamento da execução das atividades do Executivo.

Esse é, portanto, mais um compromisso que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais firma com os mineiros, ao intensificar os esforços em realizar debates e processos que promovam o avanço de nosso estado, nas mais diversas áreas, com a entrega de bens e a prestação de serviços de qualidade ao cidadão.

**Deputado Agostinho Patrus**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

## Introdução

No 2º ciclo do Assembleia Fiscaliza, foram realizadas 12 reuniões, entre os dias 7 e 18 de outubro de 2019, com a participação de todas as comissões da ALMG, que resultaram na apresentação de recomendações ao Poder Executivo, operacionalizadas por meio do encaminhamento de 318 requerimentos com pedidos de providências e de informações aos órgãos e entidades da administração pública estadual, conforme disposto no Quadro 1, que se segue. Além disso, contabilizam-se outros cinco requerimentos enviados a órgãos do governo federal, dois destinados a entidades privadas e 20 solicitando a realização de audiências públicas ou visitas das comissões da ALMG.

<b>QUADRO 1 – Reuniões das comissões da ALMG por órgão e entidade e quantitativo de requerimentos resultantes Assembleia Fiscaliza – dezembro/2019</b>			
<b>Data</b>	<b>Órgão/entidade</b>	<b>Comissões</b>	<b>Requerimentos encaminhados ao Poder Executivo estadual</b>
7/10	Seplag	<ul style="list-style-type: none"><li>• Administração Pública</li><li>• Fiscalização Financeira e Orçamentária</li><li>• Participação Popular</li></ul>	25
8/10	Sejusp, PMMG, PCMG, CBMMG	<ul style="list-style-type: none"><li>• Segurança Pública</li><li>• Defesa dos Direitos da Mulher</li><li>• Direitos Humanos</li><li>• Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas</li></ul>	57
9/10	SEE	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação, Ciência e Tecnologia</li><li>• Defesa dos Direitos da Mulher</li><li>• Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência</li><li>• Trabalho, Previdência e Assistência Social</li></ul>	17
9/10	Semad	<ul style="list-style-type: none"><li>• Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</li><li>• Agropecuária e Agroindústria</li><li>• Minas e Energia</li><li>• Energias Renováveis e Recursos Hídricos</li></ul>	19
10/10	Sedese	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trabalho, Previdência e Assistência Social</li><li>• Defesa dos Direitos da Mulher</li><li>• Direitos Humanos</li><li>• Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência</li><li>• Esporte, Lazer e Juventude</li><li>• Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas</li></ul>	36

10/10	Secult	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extraordinária do Turismo e da Gastronomia</li> <li>• Cultura</li> <li>• Desenvolvimento Econômico</li> </ul>	18
14/10	Seapa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agropecuária e Agroindústria</li> <li>• Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</li> </ul>	24
15/10	SES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde</li> <li>• Defesa dos Direitos da Mulher</li> <li>• Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência</li> </ul>	22
15/10	Seinfra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras</li> <li>• Assuntos Municipais e Regionalização</li> <li>• Transporte, Comunicação e Obras Públicas</li> </ul>	36
16/10	Sede, Cemig, Copasa/Copanor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extraordinária de Energias Renováveis e Recursos Hídricos</li> <li>• Assuntos Municipais e Regionalização</li> <li>• Desenvolvimento Econômico</li> <li>• Educação, Ciência e Tecnologia</li> <li>• Minas e Energia</li> </ul>	44
17/10	SEF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defesa do Consumidor e do Contribuinte</li> <li>• Desenvolvimento Econômico</li> <li>• Fiscalização Financeira e Orçamentária</li> <li>• Saúde</li> </ul>	13
18/10	Segov	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redação</li> <li>• Constituição e Justiça</li> <li>• Participação Popular</li> <li>• Administração Pública</li> </ul>	7

As informações completas e as análises contextualizadas sobre todas as reuniões, temáticas e problemas discutidos durante os dois ciclos do Assembleia Fiscaliza realizados em 2019 encontram-se disponíveis em página própria no [Portal da Assembleia](#), onde também é possível encontrar todas as notícias relacionadas e a íntegra de cada reunião.

# **PARTE 1**

---

## ***Quadros sínteses das reuniões***

## 1) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

TEMA 1: <u>Reservação de água pluvial em barragens</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMAS</b>	<p>1. Insuficiência de parâmetros normativos que definam critérios claros para aprovar a construção e a regularização ambiental de barragens para reservação de água pluvial para a agricultura irrigada.</p> <p>2. Escassez de água superficial e inexistência de diretrizes para o restabelecimento da normalidade hídrica nos territórios em situação de conflito pelo uso da água.</p>
<b>SECRETÁRIA</b>	Promover a normatização de critérios para a aprovação de construção de represas de reservação de águas pluviais e revisão do Decreto nº 46.336, de 16/10/2013 ( <i>ocorrência nos 2 ciclos</i> ).
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Seapa para que seja acelerada a elaboração de termo de referência com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para a aprovação da construção e regularização ambiental de barragens para reservação de águas pluviais (<a href="#">RQN 1.788/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à Seapa para que realize, em parceria com a Semad, estudos de caracterização da capacidade de infiltração e recarga hídrica nas bacias hidrográficas em situação de conflito pelo uso da água, com a finalidade de estabelecer as diretrizes de ações necessárias ao restabelecimento da normalidade hídrica nesses territórios (<a href="#">RQN 3.514/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de providências à Seapa para que sejam estendidas às demais regiões do Estado as ações de construção de barraginhas e de estradas ecológicas realizadas em parceria com a Codevasf na região Noroeste de Minas (<a href="#">RQN 3.480/2019</a>).</p>

TEMA 2: <u>Financiamento da pesquisa agropecuária</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Insuficiência de recursos orçamentários disponibilizados à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – para financiamento das atividades de suporte à pesquisa, como manutenção predial, de maquinário agrícola e de laboratórios, vigilância patrimonial e limpeza, reparação de infraestrutura de fazendas experimentais.
<b>SECRETÁRIA</b>	<p>1. Compromisso de lutar pela defesa de recursos para pesquisa e desenvolvimento no setor.</p> <p>2. Compromisso de apoiar a aprovação da PEC nº 4/2019, que direciona recursos da Fapemig para atividades de suporte à pesquisa na Epamig.</p>

<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Seapa para que apoie o desenvolvimento de pesquisas pela Epamig, em especial projetos financiados pela Fapemig que tenham como objeto o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura familiar (<a href="#">RQN 1.789/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e de Governo – Segov –, com vistas à alocação de recursos ordinários para atividades de suporte às pesquisas da Epamig, de modo a evitar que o atendimento dessa necessidade operacional dependa de intervenção na Constituição do Estado (<a href="#">RQN 3.499/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de providências encaminhado à Epamig com vistas a que o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agricultura familiar seja adotado como objetivo central da pesquisa agropecuária no Estado (<a href="#">RQN 3.476/2019</a>).</p>
------------------------	--

**TEMA 3: [Regularização fundiária](#)**

*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Paralisação dos processos de regularização fundiária após a extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, com a reforma administrativa, e a consequente transferência, para a Seapa, das atribuições para implementar ações da política fundiária no âmbito do Estado.
<b>SECRETÁRIA</b>	<p>1. Compromisso de transformar o tema em prioridade da Secretaria.</p> <p>2. Compromisso, além de medidas de titulação, de ativar o Crédito Fundiário com recursos da União, como segunda alternativa para o acesso à terra.</p> <p>3. Compromisso de promover mutirões de regularização fundiária em parceria com poderes municipais.</p>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Seapa para que sejam agilizados os processos de regularização fundiária de agricultores familiares, com especial atenção para os povos e as comunidades tradicionais, como instrumento de acesso às políticas públicas (<a href="#">RQN 1.710/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à Seapa com vistas à reintegração de posse das áreas do Estado arrendadas para fins de exploração de florestas plantadas e à destinação dessas áreas para assentamento de trabalhadores rurais ou para alienação, com reinvestimento dos recursos em infraestrutura nas regiões ou municípios afetados por esses contratos (<a href="#">RQN 3.495/2019</a>).</p>

## 2) Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult

TEMA 1: <u>Fomento à cultura – Editais do FEC</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mobilização dos municípios e demais agentes públicos e privados, de modo a somar esforços para a ampliação e a descentralização das políticas de fomento à Cultura.</li> <li>3. Concentração setorial e geográfica dos recursos de fomento à Cultura.</li> <li>4. Falta de regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva (também aparece no primeiro ciclo).</li> </ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção de esforços, em parceria com os parlamentares, para mobilização dos municípios mineiros para adesão ao Sistema Estadual de Cultura.</li> <li>2. Fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura.</li> <li>3. Lançamento de editais específicos do Fundo Estadual de Cultura para municípios e regiões de baixo IDH no Estado<sup>1</sup>.</li> <li>4. Regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva até o final de 2019.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de providências à Secult para que sejam desenvolvidas ações de descentralização e implantação do Sistema Estadual de Cultura em parceria com os municípios<sup>2</sup> (<a href="#">RQN 3.354/2019</a>).</li> <li>2. Solicitação de realização de audiência pública para subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, com debates sobre o tema "Sistema de financiamento da cultura: incentivo fiscal, Fundo Estadual de Cultura e critérios dos editais" (<a href="#">RQC 5.046/2019</a>).</li> <li>3. Solicitação de realização de audiência pública para subsidiar a regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva<sup>3</sup> (<a href="#">RQC 5.060/2019</a>).</li> <li>4. Solicitação de realização de audiência pública para debater os direitos culturais, a fim de subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura (<a href="#">RQC 5.061/2019</a>).</li> </ol>

1 Ver notícia recente: [Secult lança editais “Minas de Culturas Populares”, com investimento de R\\$2,5 milhões.](#)

2 Em reunião do Consec realizada nos dias 12 e 13/11/2019, a subsecretária de Cultura, Rute Assis, antecipou o anúncio de que, em 23/11/2019, seriam lançados, em Araçuaí, diversos editais de fomento para as culturas populares e municípios de baixo IDH. O lançamento foi realizado, conforme notícia constante da nota de ‘pé de pág.’ nº 2 do quadro sobre requerimentos.

3 Criada pela [Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018](#), “a Política Estadual de Cultura Viva compreende o conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público na área cultural voltadas prioritariamente para os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural e que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou tenham caracterizada ameaça a sua identidade cultural”.

**TEMA 2: Desenvolvimento do potencial turístico dos parques estaduais**

<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Infraestrutura deficitária dos acessos ao Parque Estadual do Rio Doce e ao Parque Nacional da Serra da Canastra.</li><li>2. Infraestrutura deficitária do Pico do Ibituruna e de suas vias de acesso.</li></ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Concessão de parques estaduais para incrementar a visitação (conceder ao menos 10 parques estaduais para a gestão da iniciativa privada).</li><li>2. Melhoria da infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce.</li></ol>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pedido de informações ao secretário de Estado de Cultura e Turismo sobre o processo de melhoria de infraestrutura nos equipamentos turísticos do Pico do Ibituruna e no acesso a esse local (<a href="#">RQN 3.386/2019</a>).</li><li>2. Pedido de providências à Secult para a melhoria do acesso ao Parque Estadual do Rio Doce e da sinalização turística em seu interior, de forma a incrementar a sua visitação (<a href="#">RQN 1.899/2019</a>).</li><li>3. Pedido de providências à Seinfra para a melhoria da infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce (<a href="#">RQN 1.898/2019</a>).</li><li>4. Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a revitalização do acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra (<a href="#">RQN 1.897/2019</a>).</li></ol>

**3) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede/Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig/Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa/Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor**

<b>TEMA 1: <u>Atração de investimentos e diversificação produtiva</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dependência do setor minerário.</li> <li>2. Desenvolvimento da região do Vale do Jequitinhonha.</li> <li>3. Retomada da implementação do projeto Aerotrópolis, na região do aeroporto de Confins.</li> <li>4. Manutenção/permanência das <i>startups</i> abertas em Minas Gerais.</li> <li>5. O papel da Fapemig no desenvolvimento econômico do Estado.</li> </ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lançamento do programa <i>#vempraminas</i> de atração de investimentos.</li> <li>2. Atração de empresas parceiras para o desenvolvimento da cadeia do lítio.</li> <li>3. Meta de atração de R\$45 bilhões de investimentos em 2019, já parcialmente alcançada.</li> <li>4. Atração de investimentos nas áreas de fármacos, aeroespacial e de energia solar.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região (<a href="#">RQN 3.336/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de informações ao secretário de Estado de Fazenda sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região (<a href="#">RQN 3.344/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre as estratégias para a manutenção, em Minas Gerais, das <i>startups</i> fundadas no Estado (<a href="#">RQN 3.338/2019</a>).</li> <li>4. Pedido de providências à Sede para que elabore e implemente plano de estímulo à agregação de valor aos produtos da cadeia produtiva da floresta plantada no Vale do Jequitinhonha (<a href="#">RQN 3.335/2019</a>).</li> <li>5. Pedido de providências à Sede para que seja retomada a implementação do projeto Aerotrópolis na região do aeroporto internacional de Confins, com base nas oportunidades de desenvolvimento a serem proporcionadas por esse aeroporto industrial e no planejamento de uso e ocupação do solo compatível com o projeto (<a href="#">RQN 1.815/2019</a>).</li> <li>6. Pedido de providências à Sede para que os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários – Cfem – recebidos pelo Estado sejam efetivamente aplicados em ações de diversificação econômica em territórios mineradores, preferencialmente com foco na própria cadeia produtiva de extração mineral (<a href="#">RQN 1.668/2019</a>).</li> <li>7. Pedido de providências à Sede para que analise a viabilidade de se aplicar pelo menos parte dos recursos destinados obrigatoriamente para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – em pesquisas que permitam que, em médio e longo prazos, haja uma diversificação produtiva da economia mineira (<a href="#">RQN 1.762/2019</a>).</li> </ol>

<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>8. Pedido de providências à Sede para que o órgão coordene efetivamente as ações do Estado visando à diversificação produtiva da economia mineira, inclusive nas regiões e municípios mineradores, seja por meio da atração de investimentos, do aperfeiçoamento tributário, da desburocratização ou da destinação direta de recursos orçamentários estaduais (<a href="#">RQN 1.763/2019</a>).</p> <p>9. Pedido de providências à Sede para que se proponha e se defenda a tese, no Poder Executivo Estadual, de que os recursos arrecadados pelo Estado com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – sejam integralmente utilizados para fomentar a diversificação produtiva nos municípios mineradores (<a href="#">RQN 1.809/2019</a>).</p> <p>10. Pedido de providências à Sede para que seja regulamentada a Lei nº 22.381, de 5 de dezembro de 2016, que trata da Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores (<a href="#">RQN 1.820/2019</a>).</p> <p>11. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre os projetos de iniciativa do Estado para a diversificação econômica de Minas Gerais, no sentido de se reduzir a dependência de <i>commodities</i>, especialmente da mineração (<a href="#">RQN 1.827/2019</a>).</p>
------------------------	--

**TEMA 2: Desenvolvimento do setor aéreo**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Modernização e desenvolvimento dos aeroportos regionais e de seu entorno.</li> <li>2. Retomada do projeto Aerotrópolis de Confins.</li> <li>3. Definição da empresa responsável pelo projeto <i>Voe Minas</i>.</li> </ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Meta de atração de investimentos de R\$45 bilhões para o Estado.</li> <li>2. Negociações em andamento com a Azul para atração de voos.</li> <li>3. Retomada do projeto <i>Voe Minas</i>, a ser operado pela empresa Asta.</li> <li>4. Realização de atividades para atração de empresas para o aeroporto de Confins, dentro do projeto Aerotrópolis.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre o planejamento para o desenvolvimento do aeroporto regional da Zona da Mata, em Goianá, e a atração de unidades produtivas para seu entorno (<a href="#">RQN 3.339/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre o projeto Aerotrópolis, sua concepção e os resultados dele esperados (<a href="#">RQN 3.340/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre o planejamento para modernização do aeroporto de Ipatinga e sobre possível parceria público-privada – PPP – para exploração desse terminal (<a href="#">RQN 3.341/2019</a>).</li> <li>4. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre o processo de seleção da empresa que operará o projeto <i>Voe Minas</i> (<a href="#">RQN 3.432/2019</a>).</li> <li>5. Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre o novo modelo de financiamento do projeto <i>Voe Minas</i> (<a href="#">RQN 3.343/2019</a>).</li> </ol>

**TEMA 3: Cemig**  
***Ocorrência nos 2 ciclos***

<b>PROBLEMAS</b>	<p>1. Privatização da Cemig.</p> <p>2. Revisão da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012, que estabelece as condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica.</p>
<b>SECRETÁRIO</b>	<p>O secretário adjunto afirmou que já se reuniu com a Aneel, solicitou dela a ampliação do prazo da consulta pública e pediu que os benefícios previstos atualmente na resolução sejam estendidos àqueles empreendimentos que já assinaram os respectivos contratos. Afirmou que há um relativo consenso de que os benefícios atuais devem ser estendidos até 2030.</p>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Aneel para que realize, em Minas Gerais, audiência pública do processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012 (<a href="#">RQN 3357/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à Aneel para que, no processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, sejam garantidas, por prazo razoável, as condições comerciais vigentes para as unidades em funcionamento e para aquelas que já receberam parecer de acesso positivo (<a href="#">RQN 3358/2019</a>).</p>

**TEMA 4: Copasa/Copanor**  
***Ocorrência nos 2 ciclos***

<b>PROBLEMAS</b>	<p>1. Impactos para a Copasa decorrentes da eventual aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 3.189/2019 (Novo Marco Regulatório do Saneamento), que proíbe municípios de contratarem estatais para saneamento com dispensa de licitação – como é feito atualmente.</p> <p>2. Possibilidade de faltar água na Região Metropolitana de Belo Horizonte em decorrência do rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho.</p>
<b>PRESIDENTE</b>	<p>1. Caso seja aprovado, o impacto para a Copasa em curto prazo (2022 e 2023) seria pequeno, de cerca de 2% de suas receitas, na hipótese de que, vencido o contrato de concessão com dado município, a Companhia não vença a licitação para a continuidade do serviço. A longo prazo (a partir de 2034), o impacto poderá ser relevante, devido à elevada quantidade de contratos a vencer. Para enfrentar esse novo cenário, a Companhia precisaria ganhar eficiência e competitividade, uma vez que o modelo que se desenha fomentará uma maior participação das empresas privadas no setor.</p> <p>2. O prazo de conclusão ideal para essa obra seria março de 2020, para se garantir o abastecimento de água no ano seguinte. O diretor-presidente da Copasa esclareceu que está negociando com a Vale S.A. a antecipação da entrega da obra e comunicou que não há motivos para alarme, pois, caso o volume de água se torne insuficiente, a concessionária será a primeira a informar isso ao público.</p>
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	<p>1. Pedido de informações ao presidente da Copasa, consubstanciadas no estudo elaborado pela Companhia que prevê os impactos da eventual aprovação, na forma como se encontra hoje, do Projeto de Lei Federal nº 3.189/2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento, na hipótese de a Copasa não vencer a licitação para renovação dos contratos com os municípios em que opera os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (<a href="#">RQN 3.430/2019</a>).</p>

#### 4) Secretaria de Estado de Educação – SEE

TEMA 1: <u>Educação em tempo integral</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Redução drástica do número de vagas na educação em tempo integral, com concomitante redução de escolas estaduais a ofertar essa modalidade de ensino.
<b>SECRETÁRIA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de cumprir o acordo com a ALMG no que concerne ao número de matrículas da educação de tempo integral.</li> <li>2. Compromisso de ofertar a educação em tempo integral sob novo modelo, visando eliminar as turmas multisseriadas, garantir a alimentação escolar e possibilitar a progressividade dos alunos em suas turmas.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de informações à SEE sobre as metas que serão adotadas para o processo de expansão da oferta de educação integral na rede estadual de ensino, de modo que alcance a meta 6, estabelecida na Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Estadual da Educação (<a href="#">RQN 1.732/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de informações à SEE (reiterado no 2º ciclo) sobre as metas de expansão da oferta de educação em tempo integral para 2020, compreendendo a distribuição das vagas por região do Estado, o número de profissionais que serão contratados e a proposta curricular do programa (<a href="#">RQN 3.468/2019</a>).</li> </ol>

TEMA 2: <u>Infraestrutura das escolas</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Falta de transparência sobre os critérios utilizados na seleção de escolas a serem revitalizadas no âmbito do programa <i>Mãos à Obra na Escola</i> , haja vista que algumas escolas não foram contempladas, apesar da necessidade premente de manutenção.
<b>SECRETÁRIA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de realizar as obras emergenciais nas escolas e de retomar as obras paralisadas, por meio do programa <i>Mãos a Obra na Escola</i>.</li> <li>2. Compromisso de realizar o diagnóstico dos problemas de infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino, para planejar as intervenções.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de informações à SEE sobre os resultados do diagnóstico da infraestrutura das escolas estaduais e exposição do plano de trabalho para as próximas etapas do programa <i>Mãos à Obra na Escola</i> ( <a href="#">RQN 3.500/2019</a> ).

**TEMA 3: Pessoa com Deficiência**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Dificuldade na obtenção e renovação, pela rede pública, dos laudos de identificação de deficiência, inclusive dos transtornos cognitivos, para os alunos da educação especial, obrigando as famílias, muitas vezes sem condições, a recorrer a profissionais do setor privado.
<b>SECRETÁRIA</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Compromisso de avaliar a possibilidade de adequar o processo de matrículas da rede estadual de ensino às especificidades dos alunos com deficiência.</li><li>2. Compromisso de atuar para a maior integração dos sistemas municipais de ensino e saúde, a fim de viabilizar a emissão dos laudos de avaliação das deficiências para matrícula dos alunos na educação especial.</li></ol>
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde, com vistas a articular, com os gestores municipais, por meio da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, ações para garantir o atendimento aos estudantes que necessitam de laudo para efetivar a matrícula em escolas especiais ou solicitar o atendimento educacional especializado ( <a href="#">RQN 1.677/2019</a> ).

## 5) Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

TEMA 1: <u>Regime de Recuperação Fiscal – RRF</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. O RRF configura-se como medida conjuntural imediata, não se constituindo, no entanto, em uma proposta de solução estrutural dos problemas financeiros do Estado.</li><li>2. Em relação ao <i>deficit</i> previdenciário ser o principal componente do desequilíbrio financeiro do Estado, questiona-se se o RRF teria o condão de atacar o problema e qual seria o impacto para o regime próprio. Questiona-se também a possibilidade de aumento da alíquota de contribuição previdenciária para 14%.</li><li>3. Apresentação dos projetos de lei referentes ao RRF de forma fracionada.</li><li>4. Por qual motivo a revisão de benefícios fiscais no âmbito do RRF consta no projeto de lei?</li><li>5. Privatização de estatais e cessão de direitos creditórios da Codemig.</li><li>6. Possibilidade da liminar concedida pelo STF ao Estado permitindo o não pagamento das parcelas de sua dívida com a União substituir a adesão de Minas ao RRF.</li><li>7. Despesas com publicidade para a divulgação do RRF.</li><li>8. Impactos da adesão ao RRF sobre a política de gestão de pessoas do Estado.</li><li>9. Motivo da solicitação de autorização do Legislativo para aderir ao RRF.</li><li>10. Resultados controversos do RRF no Estado do Rio de Janeiro.</li></ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. O RRF compreende apenas algumas alterações no regime de pensões, de modo a aproximá-lo do da União, mas alterações mais substanciais no regime deverão vir da aprovação da Reforma da Previdência no âmbito da União, caso abarque os estados. A respeito do aumento da alíquota para 14%, considera-se essa medida como uma das possibilidades, mas ainda não foi definida.</li><li>2. A forma de apresentação dos projetos foi definida a partir de um entendimento institucional realizado entre os Poderes Executivo e Legislativo.</li><li>3. De fato, a edição da Lei Complementar nº 160, de 2017, tornou nulo para Minas Gerais o efeito da exigência de redução de benefícios fiscais para a adesão ao RRF. No entanto, por exigência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN –, é necessário constar do projeto de lei referente à adesão a previsão relativa a esse ponto. No entanto, não ocorrerá redução de benefícios fiscais em Minas Gerais após a adesão ao RRF, embora nada impeça que elas sejam revisadas com vistas ao seu aprimoramento.</li><li>4. Em relação às privatizações, embora a utilização de receitas extraordinárias para pagar despesas correntes não seja tecnicamente adequada, tal uso é necessário no momento, ao se levar em conta o desequilíbrio no caixa estadual. Além da receita de privatizações, outros fatores que contribuirão nesse sentido são o não pagamento da dívida com a União e a antecipação de recebíveis da Codemig (que permitirá o pagamento do 13º dos servidores).</li><li>5. A proposta do RRF não é apenas vender estatais, mas, sim, reestruturar a despesa do Estado para solucionar o problema em médio e longo prazos. A desestatização é necessária para garantir mais eficiência e estabilidade econômico-financeira à máquina pública.</li></ol>

SECRETÁRIO	<p>6. Em relação à liminar concedida pelo STF ao Estado, não se trata de uma substituição da adesão de Minas ao RRF pelos seguintes motivos: a) consiste em instrumento frágil e pode ser cassado caso não haja adesão do Estado ao RRF; b) o custo do não pagamento dos encargos da dívida por meio de liminar é maior que o custo do não pagamento no âmbito do regime, uma vez que, no primeiro caso, o Estado é considerado inadimplente perante o Tesouro Nacional, o que acarreta incidência de multa e juros de mora. Neste último aspecto, a Secretaria concluiu, após realizar simulação para um período de três anos, que o custo para o Estado no cenário da liminar seria de, aproximadamente, R\$6,17 bilhões a mais do que o custo no âmbito do RRF.</p> <p>7. A respeito dos gastos de publicidade com o projeto do RRF, tais ações não são de responsabilidade de sua pasta, razão pela qual não é possível informar os valores gastos.</p> <p>8. Em relação ao impacto da adesão ao RRF na gestão de pessoas do Estado, mantido o cenário fiscal atual, seria necessário ao Estado promover significativos ajustes na despesa com pessoal, correspondentes a 46% da folha de ativos, com vistas ao cumprimento dos limites previstos na LRF. No caso de adesão ao RRF, no entanto, tal exigência seria afastada e, nesse sentido, o regime preservaria a situação do servidor. Segundo ele, não existe diretriz do governo no sentido de realizar a redução de 46% acima mencionada. No entanto, diante das atuais possibilidades de caixa, a política de gestão de pessoas se encontra comprometida, uma vez que mesmo o pagamento dos salários em dia não tem sido realizado. Se, para a adesão ao RRF, é necessário o cumprimento de diversas exigências legais, não há no RRF vedação à revisão geral anual dos salários. Entretanto, é necessário se avaliar a questão diante das possibilidades de caixa.</p> <p>9. A respeito da autorização solicitada pelo Poder Executivo ao Legislativo para aderir ao RRF, esta é uma pré-condição para a adesão ao regime e a definição em relação a quais projetos seriam inicialmente encaminhados foi fruto de discussão institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo.</p> <p>10. Sobre o caso do Rio de Janeiro, esse estado se beneficiou do RRF, uma vez que a situação do pagamento de salários dos servidores, por exemplo, havia se regularizado. Além disso, os esforços para aumentar a receita de <i>royalties</i> estavam previstos no plano de recuperação fiscal. A adesão ao RRF possibilitou que o Rio de Janeiro voltasse a pagar o salário de seus servidores em dia, além de ter proporcionado um incremento significativo do custeio em saúde e educação (<b>ocorrência nos 2 ciclos</b>).</p>
ENCAMINHAMENTO	<p>Pedido de informações à Secretaria de Estado de Fazenda sobre o Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado ao Ministério da Economia, contendo o cronograma de apresentação de leis, metas, objetivos, resultados e medidas que serão adotadas, conforme previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 159, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016 (<a href="#">RQN 3.298/2019</a>).</p>

**TEMA 2: Lei Kandir**  
**Ocorrência nos 2 ciclos**

<b>PROBLEMA</b>	<p>1. A adesão ao RRF poderia implicar na eventual obrigação do Estado de abrir mão dos recursos referentes ao passivo da Lei Kandir.</p> <p>2. Foi apresentada proposta de que, em lugar de se continuar o debate a respeito da incidência de ICMS sobre exportações, seja implementada a cobrança de imposto regulatório sobre as exportações. Esse imposto possuiria previsão constitucional e poderia ser operacionalizado por meio de articulação com a União, gerando resultados de arrecadação mais rápidos.</p>
<b>SECRETÁRIO</b>	<p>1. A adesão ao RRF não exclui a possibilidade de se prosseguir com a discussão da Lei Kandir, uma vez que a lei complementar que disciplina a adesão ao regime só obriga o Estado a abrir mão de ações judiciais que questionem o pagamento da dívida com a União. A União, no atual momento das negociações, não reconhece o endividamento passado referente à Lei Kandir (<b>ocorrência nos 2 ciclos</b>).</p> <p>2. A respeito da proposta de novo imposto regulatório sobre as exportações, tal debate é muito importante e, se a Assembleia entender adequada a criação do imposto, isso pode ser discutido.</p>

## 6) Secretaria de Estado de Governo – Segov

TEMA 1: <u>Crise fiscal e adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
PROBLEMAS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Controvérsias em torno das alternativas para superação da crise fiscal do Estado.</li><li>2. Discordâncias em relação às condicionalidades impostas pelo Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159, de 2017) e seus reais efeitos em solucionar, de maneira sustentável e duradoura, a crise fiscal do Estado.</li></ol>
SECRETÁRIO	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Compromisso de que os projetos relativos ao Regime de Recuperação Fiscal deverão ser encaminhados em breve para a Assembleia (<i>ocorrência nos 2 ciclos</i>).</li></ol>
ENCAMINHAMENTOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pedido de providências à Segov para que envie a esta Casa o diagnóstico das possíveis soluções aventadas pelo governo para enfrentar a crise financeira do Estado, especificando os impactos sociais e financeiros de cada uma das opções consideradas, notadamente as relacionadas à adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal, de forma a subsidiar a análise do Parlamento acerca do projeto de lei que será encaminhado a esta Assembleia (<a href="#">RQN 1.667/2019</a>).</li><li>2. Realização de audiência pública para discutir o Regime de Recuperação Fiscal, por meio da compreensão da legislação, da experiência do Estado do Rio de Janeiro e da perspectiva do governo do Estado de Minas Gerais (<a href="#">RQC 2.882/2019</a>).</li><li>3. Pedido de informações à Segov sobre quais outras medidas, além daquelas que já foram submetidas à ALMG, o Poder Executivo pretende adotar para viabilizar o plano de recuperação fiscal, especialmente no que tange à alienação de empresas estatais (<a href="#">RQN 3.323/2019</a>).</li><li>4. Pedido de providências à Segov para elaboração de estudo sobre a viabilidade de aumento da tributação de produtos supérfluos como alternativa na arrecadação de receitas para o enfrentamento da crise financeira do Estado e para a execução de políticas públicas (<a href="#">RQN 3.254/2019</a>).</li><li>5. Pedido de informações à Segov sobre as medidas que serão adotadas para o equacionamento do <i>deficit</i> fiscal e para o reequilíbrio das contas públicas no campo previdenciário (<a href="#">RQN 3.251/2019</a>).</li></ol>

**TEMA 2: Compensação da Lei Kandir**  
***Ocorrência nos 2 ciclos***

<b>PROBLEMA</b>	Importante perda de arrecadação do Estado devido à significativa redução da base tributável do ICMS, tanto pela ampliação da gama de operações de exportação desoneradas quanto pela maior liberalidade no aproveitamento dos créditos do imposto, sem implementação de um mecanismo sustentável de reparação dessas perdas por parte da União.
<b>SECRETÁRIO</b>	Já houve entendimentos entre órgãos do Estado e órgãos federais, como o Tribunal de Contas da União, a Advocacia-Geral da União e outros. Salientou que não há reconhecimento da dívida por parte dos órgãos da União, mas que o governador de Minas não abre mão dos recursos que julga a que o Estado faz jus.
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de informações à Segov acerca da pretensão do Estado em relação aos efeitos da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 1996)/Emenda Constitucional nº 42 sobre as finanças estaduais e sobre a tributação alternativa de <i>commodities</i> exportadas, tanto de produtos não renováveis quanto renováveis ( <a href="#">RQN 1.843/2019</a> ).

## 7) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra

<b>TEMA 1: <u>Obras paralisadas no Estado</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conclusão de obras de rodovias estaduais.</li> <li>2. Retomada das obras na Rodovia LMG-760, na região do Vale do Rio Doce, como compensação pelos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco.</li> <li>3. Conclusão de obras de hospitais regionais.</li> <li>4. Conclusão das obras de duplicação da BR-381.</li> <li>5. Andamento do processo de refederalização da BR-135.</li> <li>6. Cronograma de lançamento de editais de concessão de rodovias estaduais.</li> <li>7. Conclusão das obras da extinta Hidroex para dar início às discussões sobre a efetiva destinação do empreendimento.</li> </ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento de dois programas de concessão, um para o gerenciamento de rodovias e outro para os parques estaduais.</li> <li>2. Realização de Tomada Pública de Subsídios para viabilizar a retomada das obras dos hospitais regionais.</li> <li>3. Elaboração de estudos com vistas a buscar soluções para a melhoria e a manutenção das rodovias estaduais, com apresentação dos resultados para a ALMG.</li> <li>4. Apresentação do Catálogo de Obras para a ALMG, com o objetivo de viabilizar a execução de emendas parlamentares que custeiem a finalização das obras.</li> <li>5. Reiniciar as seguintes obras: <ul style="list-style-type: none"> <li>• acesso a Inhotim (LMG-785), em Brumadinho;</li> <li>• pavimentação entre Conceição do Mato Dentro e Serro (MG-010);</li> <li>• reformas da Escola de Design da Uemg, em Belo Horizonte; das Escolas Indígenas Xacriabá Riacho Comprido e Riachinho, em São João das Missões; das Escolas Estaduais Paula Rocha, em Sabará, e Delfim Moreira, em Juiz de Fora; da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte; do Hospital Infantil João Paulo II, em Belo Horizonte; dos Hemonúcleos de São João del-Rei e de Diamantina;</li> <li>• construção das Escolas Estaduais Romero de Carvalho, em Pedro Leopoldo; Santa Cruz e Nova Pampulha, em Vespasiano; das cadeias públicas de Ubá e Iturama; do Centro Socioeducativo de Alfenas;</li> <li>• ampliação da cadeia pública de Alfenas;</li> <li>• requalificação urbana e ambiental do Córregos Ferrugem e do Riacho das Pedras, em Contagem;</li> <li>• adequação do sistema viário dos BRTs São Gabriel, São Benedito e Morro Alto, respectivamente, em Belo Horizonte, Santa Luzia e Vespasiano.</li> </ul> </li> </ol>

<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Fundação Renova para que participe efetivamente, sem que se coloquem empecilhos, da negociação com o Estado, a fim de viabilizar a retomada das obras da Rodovia LMG-760, tendo em vista a necessidade urgente de compensação pelos danos causados à região do Rio Doce pelo desastre com a barragem da Samarco (<a href="#">RQN 3.238/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à Seinfra para que esse órgão possa atuar, juntamente com o governo federal, na conclusão das obras de duplicação da BR-381, minorar a tarifa de pedágio prevista e antecipar o cronograma das obras propostas pela ANTT para a rodovia (<a href="#">RQN 3.239/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre o processo de refederalização de trecho da BR-135 no Norte de Minas, com detalhamento da situação atual das negociações e das perspectivas reais de sua efetivação (<a href="#">RQN 3.220/2019</a>).</p> <p>4. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre o cronograma atualizado do lançamento dos estudos e dos editais de licitação para concessão de rodovias estaduais e os valores estimados pelo órgão a serem arrecadados com as outorgas das respectivas concessões (<a href="#">RQN 3.221/2019</a>).</p> <p>5. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre a diferença entre o número de lotes de concessões de rodovias anunciado pelo Estado no início de 2019 – sete – e o mencionado na audiência do 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza – seis (<a href="#">RQN 3.222/2019</a>).</p> <p>6. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre o detalhamento dos valores já arrecadados com a iniciativa privada e com organismos de fomento para os estudos e as modelagens de parcerias no setor de infraestrutura e de transportes, com suas respectivas destinações (<a href="#">RQN 3.224/2019</a>).</p> <p>7. Pedido de informações aos secretários de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e de Saúde sobre a situação atual das tomadas públicas de subsídio e, quando for o caso, sobre o detalhamento e o cronograma atualizado do lançamento dos editais de licitação para a retomada das obras dos hospitais regionais (<a href="#">RQN 3.229/2019</a>).</p> <p>8. Pedido de providências à Seinfra e à Uemg para que seja priorizada a conclusão das obras do Hidroex e para que essas entidades participem das discussões com os demais órgãos do Estado visando a dar a devida destinação ao empreendimento (<a href="#">RQN 3.250/2019</a>).</p> <p>9. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre os critérios utilizados pela Secretaria para estabelecer as prioridades apresentadas no catálogo de obras lançado pelo governo do Estado e o porquê de existirem poucas delas destinadas à região Norte de Minas em relação às demais regiões, mesmo que haja ali uma grande quantidade de obras importantes paralisadas ou a serem iniciadas (<a href="#">RQN 3.420/2019</a>).</p>
------------------------	--

**TEMA 2: Investimentos em infraestrutura ferroviária no Estado**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Renovação antecipada das concessões ferroviárias.</li> <li>2. Expansão do metrô de BH.</li> <li>3. Elaboração do Plano Estratégico Ferroviário.</li> </ol>
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dar à ALMG acesso a todas as etapas de elaboração do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais, que deve estar concluído ao final de 2020.</li> <li>2. Pleitear do governo federal todos os recursos e as compensações considerados direitos de Minas Gerais no bojo do processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias federais.</li> <li>3. Articular, com o governo federal e demais entes interessados e envolvidos no assunto, a garantia de aplicação de multa devida pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica na construção da Linha 2 (Calafate-Barreiro) do</li> </ol>

	metrô de Belo Horizonte.
ENCAMINHAMENTOS	<p>1. Pedido de providências à Seinfra para que defenda como ações prioritárias no Plano Estratégico Ferroviário: a reativação de trem de passageiros entre Belo Horizonte e Ouro Preto/Mariana; a criação de ligação ferroviária entre Belo Horizonte e Brumadinho; a reativação total ou parcial da Ferrovia Bahia-Minas; a ampliação da malha metroviária da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH; a solução do gargalo ferroviário para escoamento da produção agrícola do Triângulo Mineiro e do Noroeste de Minas; a reativação ou a construção de ramais ferroviários em substituição a minerodutos existentes ou planejados; a reativação ou a construção de trechos ferroviários para fomentar a utilização do porto de Salvador como destino da produção agrícola e industrial mineira; a resolução dos gargalos logísticos da malha ferroviária da RMBH, de modo a viabilizar a sua utilização para o transporte de passageiros; a construção do ferroanel da RMBH; e a ampliação do número de horários do trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM (<a href="#">RQN 3.305/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à Seinfra para que seja agendada visita técnica, em conjunto com deputados estaduais e lideranças locais, a trechos ferroviários abandonados na região do Vale do Jequitinhonha, entre os quais os da extinta Ferrovia Bahia-Minas (<a href="#">RQN 3.304/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre as estimativas desse órgão para os valores das outorgas das três malhas ferroviárias – EFVM, FCA e MRS – cujas concessões com o governo federal estão em processo de renovação antecipada e sobre o percentual desses valores que será destinado a Minas Gerais (<a href="#">RQN 3.269/2019</a>).</p> <p>4. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre as ações da pasta e a situação atual das negociações com o governo federal para se utilizarem as multas devidas pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica (atual VLI) para implantação da Linha 2 (Calafate-Barreiro) do metrô de Belo Horizonte (<a href="#">RQN 3.270/2019</a>).</p> <p>5. Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre os valores atualizados, segundo cálculos do órgão, que seriam necessários para a ampliação da malha metroviária da RMBH, detalhados por trecho e linha (<a href="#">RQN 3.268/2019</a>).</p>

**8) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp/Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG/Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG/Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais – CBMMG**

<b>TEMA 1: <u>Gestão de pessoas – deficit de efetivo (Sejusp)</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Carência de recursos humanos nos sistemas prisional e socioeducativo, à semelhança do que ocorre com a PMMG, a PCMG e o CBMMG, o que intensifica a sobrecarga de trabalho e causa o adoecimento decorrente dela.
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de criar 2.000 vagas no sistema prisional até o fim de 2019.</li> <li>2. Compromisso de nomear 750 agentes prisionais do processo seletivo simplificado de 2018.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de informações à Sejusp sobre o processo de redimensionamento do sistema prisional (<a href="#">RQN 1.976/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de providências à Sejusp para a melhoria das unidades prisionais do Estado, que atualmente se encontram com capacidade máxima excedida, bem como para a nomeação de agentes prisionais aprovados no processo seletivo simplificado de 2018, de forma a suprir a demanda nas referidas unidades (<a href="#">RQN 1.864/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Sejusp para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo dos sistemas prisional e socioeducativo, em face do atual <i>deficit</i> de agentes penitenciários e socioeducativos, por meio da nomeação de 78 aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS/2018 – e da realização de concursos públicos para os dois cargos (<a href="#">RQN 3.525/2019</a>).</li> </ol>
<b>TEMA 2: <u>Gestão de pessoas – deficit de efetivo (PMMG)</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Carência de recursos humanos na Política Militar do Estado de Minas Gerais (cerca de 25% do quadro total previsto na Lei nº 22.415, de 16 de dezembro de 2016 – “Lei do Efetivo”).
<b>COMANDANTE-GERAL</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de formar 1.680 policiais militares até 2020 e de substituir 1.400 militares que atuam em atividades administrativas por servidores civis comissionados.</li> <li>2. Compromisso de fazer gestão com o governador e com a Seplag para a recomposição do efetivo da PMMG.</li> </ol>

<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Realização de visita ao governador do Estado para debater a recomposição dos efetivos da PMMG, do CBMMG, da PCMG e da Sejusp (<a href="#">RQC 5.155/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e ao Comando-Geral da PMMG para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo da PMMG, em face do grave <i>deficit</i> na instituição e tendo em vista o previsto na Lei nº 22.415, de 2016, que fixa os efetivos da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG (<a href="#">RQN 3522/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de informações ao comandante-geral da PMMG sobre a previsão de aposentadorias de policias militares do Estado, tendo em vista a Reforma da Previdência, nos termos do Projeto de Lei Federal nº 1.645/2019, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, bem como sobre as ações que estão sendo planejadas pela Corporação diante dessa perspectiva (<a href="#">RQN 3.550/2019</a>).</p>
------------------------	---

**TEMA 3: Vitimização de policiais militares (PMMG)**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Taxas importantes de autoextermínio e automutilação dos profissionais de segurança pública.
<b>COMANDANTE-GERAL</b>	Compromisso de repassar os dados sobre sofrimento psicológico e autoextermínio de policiais militares, já entregues ao presidente da Comissão de Segurança Pública, a outros parlamentares, uma vez que são dados sigilosos, a fim de preservar a família e o próprio policial.
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Sejusp e ao Comando-Geral da PMMG para que seja avaliada a viabilidade de ampliar o atendimento para policiais militares em casos de assistência psicológica e psiquiátrica, especialmente fora da rede orgânica do Instituto de Previdência dos Servidores Militares, possibilitando-lhes um maior número de consultas por ano, tendo em vista os altos índices de transtornos emocionais e de autoextermínio entre esses servidores da segurança pública (<a href="#">RQN 3.536/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências ao Comando-Geral da PMMG para a implementação de um núcleo de apoio aos militares e familiares, inclusive aos veteranos, e de outras ações de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e de autoextermínio, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública (<a href="#">RQN 3.524/2019</a>).</p>

**TEMA 4: Gestão de pessoas – deficit de efetivo (PCMG)**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Carência de recursos humanos na Política Civil do Estado de Minas Gerais (média geral de 40,8% do quadro total previsto na Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013 – Lei Orgânica da PCMG –, considerando-se todas as carreiras).
-----------------	---

<b>CHEFE DA PCMG</b>	<p>1. Compromisso de homologar o concurso para o cargo de escrivão e nomear 119 escrivães de polícia (<b>1º Ciclo; concurso homologado em 26/7/2019, e os aprovados nomeados em 20/9/2019</b>).</p> <p>2. Compromisso de designar os 76 delegados de polícia nomeados em junho de 2019, após o curso de formação, nas comarcas que não possuem delegados.</p> <p>3. Compromisso de pleitear do governador do Estado a realização de concursos públicos para todas as carreiras da PCMG.</p> <p>4. Compromisso de nomear os 544 investigadores de polícia (<b>1º Ciclo; nomeados 425 investigadores da PCMG em 4/7/2019</b>).</p>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da PCMG para a nomeação de servidores de todas as carreiras policiais da instituição, tendo em vista o <i>grave deficit</i>; a previsão de expansão de delegacias especializadas em investigação e repressão a crimes rurais; a necessidade de melhoria e expansão do atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG e de expansão e reestruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, ressaltando-se a importância da formação e da capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço e da designação de policiais femininas, de forma a garantir um atendimento mais adequado e humanizado a esse público (<a href="#">RQN 3.545/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de providências à COF e à Chefia da PCMG para a recomposição do efetivo da PCMG em face do atual <i>deficit</i> de mais 40%, índice ainda maior em se tratando de delegados e escrivães de polícia, tendo em vista o que prevê a Lei Complementar nº 129, de 2013, que contém a Lei Orgânica da PCMG, e o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, e o aumento do quantitativo de cargos nas carreiras da instituição (<a href="#">RQN 3.553/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de providências à COF e à Chefia da PCMG para que sejam nomeados os 87 excedentes do concurso para o cargo de delegado de polícia regido pelo Edital nº 01/2018, haja vista o deficit de 44,1% nessa carreira (<a href="#">RQN 3.531/2019</a>).</p>

**TEMA 5: Vitimização de policiais civis (PCMG)**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Taxas importantes de autoextermínio e automutilação dos profissionais de segurança pública.
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências à Sejusp e à Chefia da PCMG para a implementação de políticas de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e autoextermínio de servidores da instituição, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública ( <a href="#">RQN 3.529/2019</a> ).

**TEMA 6: Gestão de pessoas – deficit de efetivo (CBMMG)***Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Carência de recursos humanos no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (29,19% do quadro total previsto na Lei nº 22.415, de 16 de dezembro de 2016 – “Lei do Efetivo”).
<b>COMANDANTE-GERAL</b>	1. Contratar 150 civis para a área administrativa, liberando os bombeiros militares para a atividade-fim (em negociação). 2. Garantir o ingresso de 500 soldados até maio de 2020 (concurso público em andamento) e a realização dos três concursos já solicitados em 2019 (para 10 oficiais de saúde, curso de formação de 21 oficiais e de 500 soldados).
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências ao Comando-Geral do CBMMG e à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – para que sejam enviados esforços a fim de recompor o efetivo da corporação, em face do atual <i>deficit</i> , de quase 30%, e tendo em vista o previsto na Lei nº 22.415, de 2016, que fixa os efetivos da PMMG e do CBMMG ( <a href="#">RQN 3.523 / 2019</a> ).

**TEMA 7: Vitimização de bombeiros militares (CBMMG)***Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Taxas importantes de autoextermínio e automutilação dos profissionais de segurança pública.
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências ao Comando-Geral do CBMMG para a implementação de políticas de prevenção de transtornos emocionais e de autoextermínio dos bombeiros militares e familiares e de atendimento dos referidos transtornos, tendo em vista o aumento da ocorrência desses problemas entre os profissionais da área de segurança pública ( <a href="#">RQN 3.555 / 2019</a> ).

## 9) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

<b>TEMA 1: <u>Fiscalização Ambiental Orientadora e Preventiva nas atividades agrossilvipastoris</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	A fiscalização das atividades agrossilvipastoris deveria ter um enfoque mais educativo e menos punitivo.
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de desenvolver um programa de fiscalização ambiental preventiva para as atividades agrossilvipastoris, nos mesmos moldes do Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria – Fapi.</li> <li>2. Compromisso de buscar implementar, nas Superintendências Regionais de Meio Ambiente – Suprams –, instrumentos específicos para orientar os agricultores sobre as melhores práticas ambientais, bem como para auxiliá-los na prevenção de infrações ambientais.</li> <li>3. Compromisso de realizar o programa <i>Diálogos com o Produtor Rural</i> em mais municípios do Estado, bem como de elaborar cartilha sobre boas práticas na agricultura.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de informações à Semad sobre o planejamento do Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva para as Atividades Agrossilvipastoris – Fapa – para o período 2019-2022 (<a href="#">RQN 3.511/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de informações à Semad sobre o cronograma previsto para o programa <i>Diálogos com o Produtor Rural</i> (<a href="#">RQN 3.510/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de providências à Semad e ao IEF para que a cartilha sobre boas práticas na agricultura seja elaborada com a participação de representantes de produtores rurais (<a href="#">RQN 3.502/2019</a>).</li> </ol>
<b>TEMA 2: <u>Destinação dos recursos da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – não é destinada, em sua totalidade, para a Semad, o IEF, a Feam e o Igam, conforme preconiza a Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017.
<b>SECRETÁRIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de envidar esforços para que os valores arrecadados com a TFRM sejam destinados, em sua totalidade, para a Semad, conforme determinação legal.</li> <li>2. Compromisso de construir, com a Semad, o cronograma de integralização do passivo da TFRM até 2022. Também se comprometeu a pensar em um escalonamento de desconto nessa taxa, a depender da tecnologia adotada pelo empreendedor.</li> </ol>

<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de informações à Semad e à SEF sobre o cronograma de integralização do passivo do ano de 2019 referente à Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – devido à Semad (<a href="#">RQN 3.447/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de informações à Semad sobre a elaboração do estudo “Avaliação Ambiental Estratégica” para o setor mineral, ao custo de R\$6 milhões, a ser realizado com recursos arrecadados por essa Secretaria, por meio da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – e desvinculados para a Sede (<a href="#">RQN 3.452/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de informações à Semad sobre a cessão, por essa Pasta, de equipamentos adquiridos com o valor arrecadado com a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – para utilização na fiscalização de barragens no Estado por parte da Agência Nacional de Mineração – ANM (<a href="#">RQN 3.445/2019</a>).</p>
------------------------	--

**TEMA 3: Modernização do Licenciamento de Energias Renováveis**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Demora na conclusão de licenciamentos ambientais para empreendimentos de energias renováveis.
<b>SECRETÁRIO</b>	Compromisso de elaborar norma para otimizar o processo de regularização ambiental de usinas fotovoltaicas, assim como a regulamentação de procedimento específico, mais adequado e menos burocrático, para emissão de licenças que visem à participação em leilões energéticos.
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para o desenvolvimento de política de incentivo à geração distribuída a partir de fontes de energia renovável, em especial a solar fotovoltaica, a eólica, a energia de biomassa e a de resíduos, com foco no tratamento tributário isonômico para as diversas fontes de energia e na agilização de processos de licenciamento ambiental, em consonância com os prazos de leilões de energia da Empresa de Pesquisa Energética – EPE ( <a href="#">RQN 1.783/2019</a> ).

## 10) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag

TEMA 1: <u>Impactos da crise fiscal no provimento de pessoal do Estado</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
PROBLEMAS	<p>1. Parcelamento dos salários dos servidores, pagamento do 13º e concessão de revisão anual dos vencimentos (<i>ocorrência nos dois ciclos</i>).</p> <p>2. Cumprimento do piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino (<i>ocorrência nos dois ciclos</i>).</p> <p>3. Realização de novos concursos para as áreas de Educação e Segurança Pública (<i>ocorrência nos dois ciclos</i>).</p>
SECRETÁRIO	<p>1. No primeiro ciclo, o secretário informou que há previsão de nomeação de servidores aprovados em concurso público para as áreas de Educação e de Segurança Pública (PMMG e PCMG), mas que não há previsão para novos concursos.</p> <p>2. A última parcela do 13º de 2018 dos servidores será paga em outubro de 2019.</p> <p>3. Em 2019, houve a nomeação de 425 investigadores da PCMG e de 753 agentes penitenciários contratados em regime precário. Além disso, afirmou que houve a contratação de 1.000 profissionais da educação, mas não esclareceu para quais cargos ou funções.</p>
ENCAMINHAMENTOS	<p>1. Pedido de providências à Seplag para que não sejam interrompidas, até a realização de concurso público para provimento de cargos de professor e técnico administrativo, as atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg (<a href="#">RQN 1.842/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de informações ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, consubstanciadas no planejamento do Estado para a realização de concurso público para recomposição do pessoal da Educação, com previsão de data e número de vagas por carreira (<a href="#">RQN 3.487/2019</a>).</p> <p>3. Pedido de informações sobre a possibilidade de antecipação da realização do curso para formação de soldados da PMMG, previsto para fevereiro de 2020 (<a href="#">RQN 3.330/2019</a>).</p>
TEMA 2: <u>Redução dos gastos do Estado</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
PROBLEMA	Baixos gastos do governo com os serviços de saúde prestados à população.
SECRETÁRIA	<p>1. A redução dos gastos do Estado não afetará o cumprimento dos repasses mínimos exigidos constitucionalmente para aplicação em saúde e educação.</p> <p>2. O aumento de produtividade do Estado será realizado por meio da revisão de contratos e de uma maior eficiência nos gastos públicos.</p>

1. Pedido de providências para que se faça o reexame dos regimes especiais de tributação deferidos pelo Estado ([RQN 3.309/2019](#)).
2. Pedido de informações sobre a lista dos 100 maiores devedores do Estado e sobre as medidas que estão sendo adotadas para a cobrança dessas dívidas ([RQN 3.334/2019](#)).

## 11) Secretaria de Estado de Saúde – SES

<b>TEMA 1: <u>Quitação dos débitos relativos à prestação de serviços de saúde pelo SUS com os municípios e hospitais conveniados</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Atraso na realização de repasses financeiros e na quitação de obrigações.
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pedido de providências à SES para o equacionamento da questão dos restos a pagar relativos às ações e aos serviços públicos de saúde, com vistas a cumprir o disposto na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, considerando-se que o Relatório de Gestão apresentado por essa Secretaria demonstra que as ações que dependem de recursos estaduais estão com execução extremamente baixa (<a href="#">RQN 1.672/2019</a>).</li><li>2. Pedido de informações à SES sobre a previsão de pagamento aos hospitais filantrópicos e demais hospitais credenciados e conveniados com o SUS (<a href="#">RQN 3.394/2019</a>).</li></ol>
<b>TEMA 2: <u>Retomada das obras inacabadas na área da saúde (inclusive hospitais regionais)</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Paralisação de obras na área da Saúde.
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pedido de providências à SES para alteração do Decreto nº 44.761/2008, que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual de Saúde, por meio de resoluções, de modo a se inserirem dispositivos que permitam aos municípios tanto a devolução dos recursos recebidos fundo a fundo para a construção de unidades de saúde quanto o investimento com recursos próprios para o término das obras, com vistas a solucionar o problema das unidades de saúde com obras paralisadas e regularizar a prestação de contas dos municípios a essa Secretaria (<a href="#">RQN 1.707/2019</a>).</li><li>2. Pedido de informações ao titular da SES sobre as unidades de saúde com obras inacabadas no Estado, consubstanciadas no número de unidades de saúde e de hospitais com obras inacabadas, na identificação das UBS que terão suas obras liberadas para conclusão em 2019 e na especificação de quais das unidades com obras inacabadas são realmente necessárias para compor a rede pública de saúde (<a href="#">RQN 3.393/2019</a>).</li></ol>
<b>TEMA 3: <u>Política de Atenção à Saúde da Mulher</u></b> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
<b>PROBLEMA</b>	Identificação de vazios assistenciais na implementação da política de atenção à saúde da mulher.

<b>SECRETÁRIO</b>	Compromisso de, em relação ao programa de triagem neonatal, rever os contratos e não interromper o programa.
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de providências à SES para implantação das diretrizes e metas de saúde aprovadas nos eixos temáticos do Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais, em atendimento à proposta deliberada na IV Conferência Estadual de Políticas para Mulheres (<a href="#">RQN 1.701/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de providências à SES para pagamento dos recursos em aberto destinados à Rede Cegonha e à Casa de Apoio à Gestante e Puérpera (<a href="#">RQN 1.670/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de providências à SES para reativação e apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e de comitês regionais do Estado (<a href="#">RQN 1.715/2019</a>).</li> <li>4. Pedido de informações ao titular da SES sobre quais ações têm sido desenvolvidas para melhorar as condições de acesso e de atendimento das mulheres negras no SUS, tendo em vista que essa população sofre discriminação nos vários níveis de atenção à saúde (<a href="#">RQN 3.387/2019</a>).</li> </ol>

## 12) Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese

TEMA 1: <u>Trabalho, emprego e renda – Criação do Fundo Estadual do Trabalho</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
PROBLEMA	Financiamento das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.
SECRETÁRIA	Compromisso de envidar esforços para apresentar projeto de lei para a criação do Fundo Estadual do Trabalho. (Atual PL nº 1.009/2019, em tramitação; recebido em Plenário em 19/8/2019).
ENCAMINHAMENTO	Pedido de providências à Sedese para a instituição imediata do Fundo do Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG –, necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Empregos – Sine – em Minas Gerais ( <a href="#">RQN 1.706/2019</a> ).

TEMA 2: <u>Trabalho, emprego e renda – Política de geração de trabalho e renda no Estado</u> <i>Ocorrência nos 2 ciclos</i>	
PROBLEMA	Falta de clareza nas ações planejadas pelo governo para dar consistência e articulação a uma política estadual de geração de trabalho e renda.
ENCAMINHAMENTOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de providências à Sedese para manutenção de postos de trabalho, criação de novos postos e de políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado (<a href="#">RQN 1.751/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da Secretaria de que é titular para a manutenção e criação de postos de trabalho, bem como de políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho (<a href="#">RQN 1.747/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre as ações desenvolvidas pela sua Pasta para fomentar a geração de emprego e renda em Minas Gerais (<a href="#">RQN 3.457/2019</a>).</li> <li>4. Pedido de informações à secretária de Estado Desenvolvimento Econômico acerca do planejamento para a oferta de educação profissional em 2020, compreendendo dados sobre a distribuição das vagas em cada região do Estado, os cursos ofertados e o número de alunos atendidos (<a href="#">RQN 3.458/2019</a>).</li> <li>5. Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre as ações de qualificação profissional programadas com a repactuação do saldo dos recursos do Pronatec (<a href="#">RQN 3.460/2019</a>).</li> </ol>

**TEMA 3: Assistência Social – Pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social aos municípios**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Contingenciamento (44,46% do valor integral) e atraso (23 parcelas referentes aos exercícios 2017 e 2018) dos repasses dos recursos financeiros referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social para os municípios.
<b>SECRETÁRIA</b>	Compromisso de discutir na Comissão Intergestores Bipartite – CIB – uma nova metodologia para repasse dos recursos do piso contingenciados e atrasados. No 2º ciclo, a secretária informou que está buscando, em conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda, formas para pagar 100% do valor devido em 2019.
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de providências à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – para ampliar o repasse dos recursos referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social para que todos os municípios recebam o valor integral com regularidade (<a href="#">RQN 1.754/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre a previsão de pagamento da complementação do Piso Mineiro de Assistência Social relativo a 2019, considerando que o Estado tem efetuado o pagamento do valor correspondente a 44,46% de cada parcela devida aos municípios (<a href="#">RQN 3.462/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de providências à SEF para complementar os recursos do Piso Mineiro de Assistência Social relativos aos meses de 2019, de modo a possibilitar a transferência do valor integral devido aos municípios, bem como realizar o repasse financeiro necessário à Sedese, para que se efetue o pagamento das parcelas em atraso anteriores a janeiro de 2019 (<a href="#">RQN 3.474/2019</a>).</li> </ol>

**TEMA 4: Assistência Social – Estrutura organizacional da Sedese e do financiamento para o desenvolvimento de suas ações**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	A reforma administrativa levou a grande concentração de temáticas de políticas públicas em uma mesma secretaria, de maneira desproporcional à sua estrutura e ao seu orçamento.
<b>SECRETÁRIA</b>	Compromisso de discutir com o governo estadual a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria – FEM – como alternativa ao financiamento das ações da Sedese.
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências à Sedese para discutir com o governo do Estado a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria para o financiamento das ações da Pasta ( <a href="#">RQN 3.471/2019</a> ).

**TEMA 5: Assistência Social – Protocolo de atendimento nas situações de emergência**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMA</b>	Demora na implantação de protocolo de atendimento nas situações de emergência, com destaque para as comunidades tradicionais e quilombolas e para as populações atingidas por barragens, especificamente para os casos de Mariana e Brumadinho.
<b>SECRETÁRIA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compromisso de prestar apoio técnico na elaboração de um plano de trabalho para que as comunidades atingidas por barragens recebam recursos da Vale S.A.</li> <li>2. Compromisso de encaminhar ao governador do Estado proposta de desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências, ou de envio de novo projeto à ALMG.</li> <li>3. Compromisso de elaborar protocolo de atuação do Estado nos casos de novos rompimentos de barragens.</li> </ol>
<b>ENCAMINHAMENTO</b>	Pedido de providências ao governo do Estado para que desarquive o Projeto de Lei nº 3.312/2017, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, para dar celeridade à tramitação da matéria nesta Casa ( <a href="#">RQN 3.382/2019</a> ). ( <i>ocorrência nos 2 ciclos</i> )

**TEMA 6: Direitos Humanos – Direito à moradia e à terra**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mitigação do <i>deficit</i> habitacional no Estado e implementação da Política de Habitação de Interesse Social, especialmente para a população em situação de rua e os imigrantes.</li> <li>2. Ineficiência no atendimento das demandas que chegam à Mesa de Diálogo e Negociação Permanente.</li> </ol>
<b>SECRETÁRIA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Estado depende de recursos federais para reduzir o <i>deficit</i> habitacional e aguarda a definição sobre o programa habitacional do governo federal que substituirá o <i>Minha Casa, Minha Vida</i>.</li> <li>2. Estão sendo levantadas novas tecnologias habitacionais e formas de construção de qualidade por preço acessível, informações que serão necessárias para a elaboração e implementação do Plano Estadual de Habitação (<i>a elaboração do Plano foi compromisso do secretário durante o primeiro ciclo</i>).</li> <li>3. A Sedese tem realizado discussões a respeito de políticas de interesse da população de rua e de imigrantes, já tendo como prioridades o levantamento quantitativo, a localização e as principais demandas das pessoas a serem atendidas.</li> <li>4. Existem cerca de 148 mil processos sendo analisados pela Mesa de Diálogo e Negociação Permanente. Será proposto que eles tramitem primeiro na Câmara Técnica, para que cheguem para definição na Mesa mais bem fundamentados e com proposta concreta de resolução, o que agilizará o atendimento das demandas.</li> </ol>

<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de providências à Sedese para o estabelecimento de dinâmica regular e permanente de funcionamento da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente (<a href="#">RQN 1.712/2019</a>).</li> <li>2. Pedido de providências à Sedese para que seja colocado na pauta da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais o conflito gerado pela intenção de retirada de cerca de 400 famílias que vivem em áreas de servidão da Cemig, no Município de Contagem (<a href="#">RQN 3.588/2019</a>).</li> <li>3. Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre as atividades desenvolvidas pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, especificando-se, especialmente, o atual quantitativo de casos que aguardam análise pela Mesa, o número de casos levados à Mesa durante o exercício de 2019, o número de tratativas e os resultados alcançados no ano de 2019 (<a href="#">RQN 3.597/2019</a>).</li> <li>4. Pedido de providências à Sedese para que sejam disponibilizadas, com mais transparência, informações sobre os casos, as tratativas e os resultados alcançados pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais. (<a href="#">RQN 3.584/2019</a>).</li> <li>5. Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre o cumprimento de protocolos de diálogo e negociação com ocupações urbanas e rurais no Estado, particularmente no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais e do Poder Judiciário, esclarecendo-se se tais protocolos foram de fato implementados de forma a prevenir o cumprimento de ordens de despejo durante o ano de 2019. (<a href="#">RQN 3.601/2019</a>).</li> <li>6. Pedido de providências ao Comando-Geral da PMMG para que sejam sempre privilegiadas a mediação, a negociação e a solução pacífica de conflitos nas ações relacionadas à reintegração de posse, em áreas urbanas e rurais, com outros órgãos e a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais. (<a href="#">RQN 3.590/2019</a>).</li> <li>7. Pedido de informações ao comandante-geral da PMMG sobre os procedimentos previstos para a ação da PMMG em casos de reintegração de posse de propriedades urbanas ou rurais, consubstanciadas nos protocolos utilizados pelo órgão, desde o que prevê negociações preliminares até o que prevê o uso progressivo da força (<a href="#">RQN 3.600/2019</a>).</li> </ol>
------------------------	--

**TEMA 7: [Defesa dos direitos da mulher](#)**  
*Ocorrência nos 2 ciclos*

<b>PROBLEMAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enfrentamento das violências contra as mulheres: priorização das políticas voltadas para as mulheres, principalmente das ações de enfrentamento da violência e combate ao feminicídio.</li> <li>2. Feminicídio: Minas Gerais figura como o estado brasileiro com os maiores índices desse crime e de violência doméstica.</li> <li>3. Reestruturação e ampliação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – Deams.</li> <li>4. Capacitação célere de policiais e profissionais da segurança pública para atuação nesse tema, de modo que os resultados cheguem na ponta desse processo.</li> <li>5. Necessidade de expansão das Patrulhas Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – para todos os municípios mineiros ou, pelo menos, para aqueles com mais de 30 mil habitantes, priorizando-se as regiões onde os índices de mulheres em situação de violência doméstica sejam mais altos e/ou onde haja menor presença da PMMG, como em Aimorés, Mantena e no Norte de Minas.</li> <li>6. Necessidade de políticas de amparo às mulheres em situação de violência, além de efetivo, viaturas e equipamentos e da repressão qualificada a esses crimes, de modo a se enfrentar o crescimento do ciclo de violência.</li> </ol>
------------------	---

<b>PROBLEMAS</b>	<p>7. Delineamento de recortes mais específicos para as mulheres na implementação de ações territoriais da Secretaria voltadas para a superação de vulnerabilidades e melhor integração entre as políticas públicas setoriais do governo por meio da Sedese.</p> <p>8. Constrangimento das políticas para as mulheres em decorrência do contingenciamento orçamentário do governo.</p>
<b>SECRETÁRIA/PMMG/PCMG</b>	<p>1. A Sedese está começando a trabalhar internamente de maneira que as políticas públicas para as mulheres sejam concebidas e aplicadas com o critério da transversalidade.</p> <p>2. A situação de contingenciamento orçamentário mostra-se como um desafio para que a Secretaria busque recursos internos para a implementação das políticas de enfrentamento das violências contra as mulheres.</p> <p>3. O piloto do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima – foi implementado na rede de mulheres, no Centro de Referência Risoleta Neves – Cerna –, como forma de regionalizar e interiorizar os suportes e as políticas de direitos humanos. Está em fase de pactuação a sua implementação nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência dos municípios. O Sima foi implantado no Cerna em setembro de 2019.</p> <p>4. O Grupo Intersetorial sobre Violência tem por objetivo principal a qualificação da rede de atendimento à mulher em situação de violência e realiza reuniões mensais.</p> <p>5. A Secretaria realizou capacitação para profissionais da Rede de Atendimento à Mulher e da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher nos meses de junho e julho de 2019, inclusive sobre o registro e as tratativas de violações de direitos e monitoramento de casos.</p> <p>6. Os Ônibus Liláses ainda não foram reativados porque a Secretaria aguarda a conclusão do processo de licitação para conserto dos veículos, mas há perspectiva de sua reativação em 2020 em três comunidades, em integração com as redes locais.</p> <p>7. A PMMG planeja expandir a política de prevenção à violência doméstica contra a mulher para os 87 batalhões e companhias independentes da PM por meio da formação dos policiais.</p> <p>8. Previsão de treinamento do efetivo da PMMG no biênio 2020-2021 para atuação nesse enfrentamento.</p> <p>9. O Centro Integrado de Coordenação e Controle da PMMG, que atua no monitoramento de homens com uso de tornozeleira eletrônica como medida protetiva, tem-se mostrado um protocolo inovador.</p> <p>10. A PCMG selecionou 17 servidores policiais civis e administrativos com formação em psicologia, serviço social e sociologia para compor a equipe de atendimento psicossocial da Delegacia de Plantão Especializada em Atendimento à Mulher de Belo Horizonte.</p> <p>11. A PCMG apresentou os números relativos ao feminicídio, de abril a agosto de 2019: 69 casos de feminicídio tentado, dos quais 42% ainda têm inquéritos em andamento e 58% tiveram seus inquéritos concluídos com indiciamento; houve, ainda, 41 casos de feminicídio consumado, dos quais 44% têm inquéritos concluídos com indiciamento.</p>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>1. Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre a continuidade da política de enfrentamento da violência contra a mulher do campo, da floresta e das águas e sobre a manutenção do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (<a href="#">RQN 1.679/2019</a>).</p> <p>2. Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre o papel do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado (<a href="#">RQN 1.711/2019</a>).</p>

3. Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre a prevenção da violência e o atendimento às mulheres vítimas da violência no interior, tendo em vista que o Estado possui 28 Centros de Referência e Atendimento à Mulher, que precisam ser acompanhados, e 825 municípios que não os possuem, bem como sobre a criação de redes locais ou regionais de enfrentamento da violência e acompanhamento das redes existentes ([RQN 1.709/2019](#)).
4. Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre as ações direcionadas às mulheres no âmbito dos projetos a serem desenvolvidos a partir da perspectiva do planejamento de atuação territorial – nos termos apresentados durante o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza –, considerando-se a necessidade do reconhecimento das mulheres como segmento de maior vulnerabilidade social e que demanda, por isso, atuação mais incisiva dos vários órgãos estatais ([RQN 3.448/2019](#)).
5. Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – para implementar ações específicas e efetivas, tanto preventivas quanto repressivas, no enfrentamento do feminicídio, no âmbito da Política de Segurança Pública ([RQN 1.838/2019](#)).
6. Pedido de informações ao secretário de Justiça e Segurança Pública sobre o plano de ação e cronograma das estratégias e diretrizes para a implantação da Rede de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual, bem como da cadeia de coleta de vestígios, pactuados no âmbito do Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis –, criado por meio do Decreto nº 46242/2013. ([RQN 1.805/2019](#)).
7. Pedido de providências à Sejusp para a implantação, no Estado, das oito Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – que ainda estão inativas ([RQN 1.847/2019](#)).
8. Pedido de providências à Sejusp para a nomeação de delegadas de polícia concursadas para a recomposição das equipes das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams ([RQN 1.845/2019](#)).
9. Pedido de providências à Sejusp para a inclusão, entre os indicadores de criminalidade violenta no Estado, dos feminicídios tentados e consumados ([RQN 3.465/2019](#)).
10. Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da PMMG sobre a previsão de aumento do número de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou superior a 30 mil habitantes e sobre o cronograma para essa ampliação ([RQN 3.449/2019](#)).
11. Requerimento para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater o protocolo de monitoramento da PMMG sobre homens usando tornozeleira eletrônica como medida protetiva, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) ([RQC 5.135/2019](#)).
12. Requerimento para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da Política de Segurança Pública ([RQC 5.132/2019](#)).
13. Pedido de providências à secretária de Estado de Educação para a criação de grupo de trabalho para desenvolver ações de prevenção e de enfrentamento das violências e do feminicídio ([RQN 3.463/2019](#)).
14. Pedido de providências à Sejusp e à Chefia da PCMG para disponibilizar atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG no Estado, por meio da criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, da formação e capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço, da estruturação adequada das atividades legísticas e periciais e de parcerias com outras instâncias, como administrações municipais, Defensoria Pública e Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ([RQN 3.467/2019](#)).

15. Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a implementação de aplicativo destinado a auxiliar mulheres vítimas de violência de gênero, bem como sobre se já é possível verificar os resultados de sua utilização ([RQN 3.570/2019](#)).
16. Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da PMMG sobre a previsão de ampliação do número de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, bem como sobre a previsão de capacitação nessa temática nos cursos de treinamento dos profissionais de segurança pública, uma vez que esse serviço tornou-se essencial, sendo, portanto, obrigatória sua oferta a todos os batalhões e companhias da instituição ([RQN 3.548/2019](#)).
16. Pedido de providências à Sejus e ao Comando-Geral da PMMG para que sejam ampliadas as Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou acima de 30 mil habitantes ([RQN 3.469/2019](#)).
17. Requerimento para realização de audiência pública, para a qual sejam convidados a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e o comandante-geral da PMMG, entre outros, a fim de debater o protocolo de monitoramento, por parte PMMG, de homens com uso de tornozeleira eletrônica como medida protetiva, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) ([RQC 5.140/2019](#)).
18. Requerimento para realização de audiência pública, para a qual seja convidada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da Política de Segurança Pública ([RQC 5.151/2019](#)).

## **PARTE 2**

---

### ***Extratos dos relatórios das reuniões***

## 1) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

### 1.1) Reservação de água pluvial em barragens

Foi discutida a atuação do núcleo ambiental da Seapa, que vem atuando em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – na definição dos critérios para aprovar a construção e a regularização ambiental de barragens para reservação de águas pluviais. Esse trabalho deve ser traduzido em norma, com a finalidade de tornar o processo mais razoável e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, estão previstas propostas para revisão do art. 3º do Decreto nº 46.336, de 16/10/2013, para adequá-lo aos limites legais no que se refere às possibilidades de intervenção em áreas de preservação permanente.

Discutiu-se, ainda, a necessidade de abordagem do problema da disponibilidade de água superficial a partir de estudos individualizados de áreas de recarga e capacidade de infiltração de bacias hidrográficas, de forma a estimular ações sustentáveis de produção, reservação e uso dos recursos hídricos. Nesse âmbito, foi citado o projeto de construção de barraginhas e a adequação ecológica de estradas vicinais na região Noroeste de Minas, executados pela Seapa em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

Foram solicitadas, também, providências para que sejam realizados estudos em parceria com a Semad para a caracterização da capacidade de recarga hídrica e infiltração nas bacias hidrográficas em situação de conflito pelo uso da água, com a finalidade de estabelecer estratégias necessárias ao restabelecimento do ciclo hídrico.

#### Requerimentos

- **RQN 1.788, de 2019 (Comissão Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Seapa pedido de providências para que seja acelerada a elaboração de termo de referência com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para a aprovação da construção e regularização ambiental de barragens para reservação de águas pluviais. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN nº 3.514/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Seapa pedido de providências para que realize, em parceria com a Semad, estudos de caracterização da capacidade de infiltração e recarga hídrica nas bacias hidrográficas em situação de

conflito pelo uso da água, com a finalidade de estabelecer as diretrizes de ações necessárias ao restabelecimento da normalidade hídrica nesses territórios. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN nº 3.480/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Seapa pedido de providências para que sejam estendidas às demais regiões do Estado as ações de construção de barraginhas e de estradas ecológicas realizadas em parceria com a Codevasf na região Noroeste de Minas. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## **1.2) Alocação de recursos orçamentários para pesquisa agropecuária**

Os deputados manifestaram preocupação quanto à não alocação de recursos orçamentários para as atividades de suporte à pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig. Tal procedimento ameaça o relevante serviço prestado pela instituição no desenvolvimento de estudos para o aprimoramento tecnológico e na solução dos problemas e dos desafios do setor agropecuário mineiro.

Em termos gerais, sua folha de pagamento fica a cargo do Tesouro do Estado, e a empresa concorre a recursos da Fapemig e de outras agências de fomento para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Porém, não consegue obter recursos suficientes para a manutenção de atividades de suporte à pesquisa, como manutenção predial, de maquinário agrícola e de laboratórios, vigilância patrimonial e limpeza, reparação de infraestrutura de fazendas experimentais. Os gastos citados não podem ser supridos por recursos captados por meio de projetos. Essa ausência de alocação de recursos para essas atividades de custeio ocorre desde o acordo de resultados assinado pela empresa com o governo do Estado, há cerca de uma década. Tal situação vem sendo debatida há alguns anos e é objeto de propostas de emendas constitucionais desde 2014. Atualmente, tramita nesta Casa a PEC nº 9/2019, que visa direcionar 10% dos recursos constitucionais vinculados à Fapemig para o custeio da Epamig.

Com o intuito de amenizar o problema enfrentado pela Epamig, foi apresentado pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para alocação de recursos ordinários para atividades de suporte à pesquisa na Epamig, evitando a necessidade de tramitação da PEC nº 9/2019.

### **Requerimentos**

- **RQN 1.789/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Seapa pedido de providências para que apoie o desenvolvimento de pesquisas pela Epamig, em especial

os projetos financiados pela Fapemig que tenham como objeto o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura familiar. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **RQN 3.499/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag – e de Governo – Segov – pedido de providências com vistas à alocação de recursos ordinários para atividades de suporte à pesquisa na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, de modo a evitar que o atendimento dessa necessidade operacional dependa de intervenção na Constituição do Estado. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.476/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências com vistas a que o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agricultura familiar seja adotado como objetivo central da pesquisa agropecuária no Estado. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### **1.3) Regularização fundiária**

Tema também tratado no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, a regularização fundiária de áreas rurais demanda intensa atenção da Seapa. Foi debatida e reafirmada como elemento necessário à segurança jurídica e à consolidação da cidadania para a população rural, bem como condição para a promoção de acesso às políticas públicas e à sucessão rural, problema contemporâneo de elevada relevância para a produção agrícola no Estado.

Em debate, a secretária confirmou o empenho da Pasta na promoção da regularização fundiária rural. Informou que pretende utilizar a experiência de mutirão de trabalhos realizada no Município de Rio Pardo de Minas para preparar a abertura de chamada pública para municípios com problemas fundiários, a fim de que sejam realizados mutirões com apoio das estruturas municipais.

No mesmo viés, ressaltou-se a urgência de solução social e jurídica para a retomada de posse e destinação das áreas de terras públicas arrendadas para empresas, com o propósito de implantação de empreendimentos de florestas plantadas com recursos de incentivos fiscais ao reflorestamento durante as décadas de 1960 a 1980.

#### **Requerimentos**

- **RQN 1.710/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Seapa pedido de providências para que agilize os processos de regularização fundiária de agricultores

familiares, com especial atenção para os povos e comunidades tradicionais, como instrumento de acesso às políticas públicas. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **RQN 3.495/2019 (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas à reintegração de posse das áreas do Estado arrendadas para fins de exploração de florestas plantadas e à destinação dessas áreas para assentamento de trabalhadores rurais ou para alienação, com reinvestimento dos recursos em infraestrutura nas regiões ou municípios afetados por esses contratos. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 2) Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult

### 2.1) Descentralização dos recursos de fomento à cultura e promoção de ações de proteção e divulgação da diversidade cultural mineira

Os dois ciclos do Fiscaliza destacaram a importância da participação estatal no fomento e dinamismo da cultura e das diferentes expressões que caracterizam a diversidade mineira, em especial quando se considera o desinvestimento federal na área.

O secretário e os parlamentares ressaltaram a relevância do patrimônio cultural mineiro como testemunho da história da ocupação do Estado, referência identitária para nossos grupos formadores e, também, como recurso estratégico para o desenvolvimento, sobretudo quando alinhado aos valores do desenvolvimento sustentável.

Entre os objetivos estratégicos da Secult relatados pelo seu titular está a desconcentração dos investimentos, e uma das principais ações será o lançamento de editais específicos do Fundo Estadual de Cultura para municípios e regiões de baixo IDH no Estado, de forma a promover uma divisão mais equânime dos recursos e melhor distribuição no território. Segundo o secretário, o lançamento de editais setoriais para fomento a atividades culturais também contribuirá para promover uma distribuição mais justa dos recursos nas diversas regiões do Estado.

Sobre a Política Estadual de Cultura Viva, de que trata a Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018, e ainda não regulamentada, o secretário afirmou o compromisso de concluir essa regulamentação até o final de 2019.

#### Requerimentos

- [RQN 3.352/2019](#) (**Comissão de Cultura**): requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a execução das emendas populares referentes aos eventos Mucuriarte e Festivale, aprovadas na revisão de 2019 do PPAG 2016-2019. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- [RQN 3.354/2019](#) (**Comissão de Cultura**): requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam desenvolvidas ações de descentralização e implantação do Sistema Estadual de Cultura, em parceria com os municípios. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **[RQC 5.046/2019 \(Comissão de Cultura\)](#)**: requer seja realizada audiência pública para subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do 7º da Lei nº 22.627, de 31/7/2017, com debates sobre o tema "Sistema de financiamento da cultura: incentivo fiscal, Fundo Estadual de Cultura e critérios dos editais".
- **[RQC 5.060/2019 \(Comissão de Cultura\)](#)**: requer seja realizada audiência pública para subsidiar a regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva, criada pela Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018.
- **[RQC 5.061/2019 \(Comissão de Cultura\)](#)**: requer seja realizada audiência pública para debater os direitos culturais, a fim de subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do art 7º da Lei nº 22.627, de 31/7/2017.

**Notícia recente:** Secretaria de Estado de Cultura e Turismo: [Secult lança editais “Minas de Culturas Populares”, com investimento de R\\$2,5 milhões](#). Portal. Belo Horizonte, 25 nov 2019<sup>4</sup>.

## 2.2) Desenvolvimento Turístico em Parques Estaduais

Os deputados indicaram a necessidade de melhoria na infraestrutura de equipamentos turísticos como o Pico do Ibituruna e o Parque Sete Salões. O secretário afirmou que a concessão de parques estaduais para incrementar a visitação é compromisso da atual gestão do Estado, e que a infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce será melhorada. Afirmou, ainda, ser objetivo do governo conceder ao menos 10 parques estaduais para a gestão da iniciativa privada.

### Requerimentos

- **[RQN 3.386/2019 \(Comissão de Turismo e Gastronomia\)](#)**: requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de melhoria de infraestrutura nos equipamentos turísticos do Pico do Ibituruna e no acesso a esse local. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 1.899/2019 \(Comissão de Turismo e Gastronomia\)](#)**: requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a melhoria do acesso ao Parque Estadual do Rio Doce e da sinalização turística em seu interior, de forma a incrementar a sua visitação. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **[RQN 1.898/2019 \(Comissão de Turismo e Gastronomia\)](#)**: requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a melhoria da

4 Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/component/gmg/story/5412-secult-lanca-editais-minas-de-culturas-populares-com-investimento-de-r-2-5-milhoes>>. Acesso em 26/11/2019.

infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, sem resposta.*

- **[RQN 1.897/2019](#) (Comissão de Turismo e Gastronomia):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a revitalização do acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

### 3) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede

#### 3.1) Sede – Atração de investimentos e diversificação produtiva

O foco da apresentação do secretário adjunto foi a experiência, em 2019, da atração de investimentos para o Estado. Ele apontou que a meta é atrair R\$45 bilhões, dos quais R\$23 bilhões já teriam sido obtidos e outro montante estaria encaminhado, até aquele momento, totalizando R\$37 bilhões. Em parte, como resultado da atração de investimentos, o Estado vem tendo, em 2019, uma evolução favorável na geração de empregos. O secretário adjunto da Sede apontou que, nos últimos anos, a agropecuária apresentou crescimento mais rápido que os demais setores, de maneira que teve aumentada sua participação no Produto Interno Bruto do Estado. Ressaltou, porém, a necessidade de retomada do crescimento do setor industrial, que passa por dificuldades. Entre as áreas de destaque, apontou a de fármacos, o setor aeroespacial e o de energia solar.

Parlamentares presentes ressaltaram que o desenvolvimento de outros setores não deve significar o abandono de setores tradicionais, inclusive o de minério de ferro. Defenderam que o desenvolvimento da cadeia do lítio deve adicionar valor ao território do Estado, sendo fator de desenvolvimento para a porção Norte.

#### Requerimentos

- **[RQN 3.336/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.344/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.338/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre as estratégias

para manutenção, em Minas Gerais, de *startups* fundadas no Estado. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN 3.335/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que elabore e implemente plano de estímulo à agregação de valor aos produtos da cadeia produtiva de floresta plantada no Vale do Jequitinhonha. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 1.815/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que seja retomada a implementação do projeto Aerotrópolis na região do aeroporto internacional de Confins, com base nas oportunidades de desenvolvimento a serem proporcionadas por esse aeroporto industrial e no planejamento de uso e ocupação do solo compatível com o projeto. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 1.668/2019 (Comissão de Minas e Energia):** requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – recebidos pelo Estado sejam efetivamente aplicados em ações de diversificação econômica em territórios mineradores, preferencialmente com foco na própria cadeia produtiva de extração mineral. *Obs.: requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN nº 1.762/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requer seja encaminhado vpedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para que analise a viabilidade de se aplicar pelo menos parte dos recursos destinados obrigatoriamente para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – em pesquisas que permitam que, em médio e longo prazos, haja uma diversificação produtiva da economia mineira. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 1.763/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que o órgão coordene efetivamente as ações do Estado visando à diversificação produtiva da economia mineira, inclusive nas regiões e municípios mineradores, seja por meio da atração de investimentos, do aperfeiçoamento tributário, da desburocratização, seja da destinação direta de recursos orçamentários estaduais. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 1.809/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que se proponha e se defenda a tese, no Poder Executivo Estadual, de que os recursos arrecadados pelo Estado com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – sejam integralmente utilizados para fomentar a diversificação produtiva nos municípios mineradores. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **[RQN 1.820/2019](#) (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja regulamentada a Lei nº 22.381, de 5 de dezembro de 2016, que trata da Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **[RQN 1.827/2019](#) (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização):** requer seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre os projetos de iniciativa do Estado para a diversificação econômica de Minas Gerais, no sentido de se reduzir a dependência de commodities, especialmente da mineração. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

### 3.2) Sede – Desenvolvimento do setor aéreo

O secretário adjunto da Sede informou que estão sendo realizadas negociações com a Azul para a atração de voos, com ganhos de conectividade regional, nacional e mesmo internacional. Outro desenvolvimento no setor é a volta do projeto *Voe Minas*, a ser operado pela empresa Asta. De acordo com o secretário, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) tem espaço para dobrar o número de passageiros atendidos; além disso, estão sendo realizadas atividades de atração de empresas para esse aeroporto, dentro do projeto Aerotrópole.

Os deputados apontaram a necessidade de se garantir um cenário estável para o desenvolvimento do setor aéreo na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – e citaram eventos recentes em que houve conflito entre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Pampulha). Indicaram a necessidade do desenvolvimento da aviação regional, destacando a urgência de expansão e modernização dos aeroportos de Ipatinga e da Zona da Mata, e questionaram o modelo de financiamento do projeto *Voe Minas*.

#### Requerimentos

- **[RQN 3.339/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o planejamento para o desenvolvimento do aeroporto regional da Zona da Mata, em Goianá, e a atração de unidades produtivas para seu entorno. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.340/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o projeto

Aerotr pole, sua concep o e os resultados dele esperados. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **[RQN 3.341/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informa es sobre o planejamento para moderniza o do aeroporto de Ipatinga e sobre possível parceria público-privada – PPP – para explora o desse terminal. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.432/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informa es sobre o processo de sele o da empresa que operar  o projeto *Voe Minas*. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.343/2019](#) (Comissão de Desenvolvimento Econômico):** requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informa es sobre o novo modelo de financiamento do projeto *Voe Minas*. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 3.3) Cemig – Privatiza o

Foi questionada por muitos deputados a privatiza o da Cemig, apresentada no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza. Parte dos parlamentares acredita que esse processo   uma ameaça   dimensão estratégica e   fun o social da empresa no campo das políticas públicas. Eles também entendem a privatiza o como uma forma de dilapida o de um patrim nio de grande importância simbólica para o povo mineiro, além de representar um risco ao atendimento de milhões de clientes de baixa renda e ao suporte de políticas públicas de inclusão social e produtiva, a exemplo do programa Luz para Todos. Por outro lado, alguns deputados demonstraram ser favoráveis   privatiza o da empresa, por entenderem que nem ela, nem o Estado têm condi es de aportar os recursos financeiros necessários para que ela execute os investimentos de que Minas precisa nessa  rea.

No atual cenário de crise fiscal, caso venha a aderir ao Regime de Recupera o Fiscal da União, conforme as regras estabelecidas pela Lei Complementar Federal n  159, de 19 de maio de 2017, como vem sinalizando o Poder Executivo do Estado, Minas Gerais estará obrigada a privatizar empresas públicas, entre elas a Cemig. Tal medida enfrenta severas dificuldades, posto que há comando constitucional que exige plebiscito para a viabiliza o desse objetivo.

### 3.4) Cemig – Revisão da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012

A Resolução Normativa Aneel nº 482/2012 está em processo de revisão pela autarquia federal, com o objetivo, segundo consta em seu site, de promover um reequilíbrio entre os custos da energia de quem depende só da rede em contraposição àquele consumidor que produz sua própria energia. Questionado pelos parlamentares quanto à posição do governo do Estado diante da revisão da resolução referente às regras aplicáveis à micro e minigeração de energia distribuída e da redução do prazo da consulta pública para debate das alterações pretendidas para 45 dias, o secretário adjunto da Sede afirmou que já se reuniu com a Aneel, solicitou dela a ampliação do prazo da consulta pública e pediu que os benefícios previstos atualmente na resolução sejam estendidos àqueles empreendimentos que já assinaram os respectivos contratos. Há um relativo consenso de que os benefícios atuais devem ser estendidos até 2030.

#### Requerimentos

- **[RQN 3357/2019](#) (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos):** requer seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que realize em Minas Gerais, preferencialmente em Montes Claros, audiência pública do processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, que estabelece as condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3358/2019](#) (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos):** requer seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que, no processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, que regula o acesso de empreendimentos de geração distribuída à rede de distribuição elétrica, sejam garantidas, por prazo razoável, as condições comerciais vigentes para as unidades em funcionamento e para aquelas que já receberam parecer de acesso positivo. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 3.5) Copasa/Copanor – Novo Marco Regulatório do Saneamento

Os parlamentares questionaram quais seriam os impactos para a Copasa, caso o Projeto de Lei nº 3.189/2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento, que tramita no Congresso Nacional, fosse aprovado na forma como está. O texto proíbe aos municípios contratarem estatais de saneamento com dispensa de licitação, como é feito atualmente.

O diretor-presidente da Companhia esclareceu que, caso o referido PL seja aprovado como está, o impacto para a Copasa em curto prazo (2022 e 2023) seria pequeno, de cerca de 2% de suas receitas, na

hipótese de que, vencido o contrato de concessão com dado município, a Companhia não vença a licitação para a continuidade do serviço. Porém, a longo prazo, a partir de 2034, o impacto poderá ser relevante, devido à elevada quantidade de contratos a vencer. Sendo assim, para enfrentar esse novo cenário, a Copasa precisaria ganhar eficiência e competitividade, uma vez que o modelo que se desenha fomentará uma maior participação das empresas privadas no setor.

### Requerimento

- **RQN 3.430/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização):** requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no estudo elaborado pela Companhia que prevê os impactos da eventual aprovação, na forma como se encontra hoje, do Projeto de Lei Federal nº 3.189, de 2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento, na hipótese de a Copasa não vencer a licitação para renovação dos contratos com os municípios em que opera os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 3.6) Copasa/Coponor – Possibilidade de faltar água na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Vários parlamentares demonstraram preocupação em relação à possibilidade de faltar água na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – devido ao rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, o que suspendeu a operação de captação de água feita pela Copasa, desde 2015, no Rio Paraopeba, para aumentar a disponibilidade de água no Sistema Paraopeba.

É importante esclarecer que a RMBH enfrentou grave cenário de escassez hídrica entre os anos de 2013 e 2015. Para otimizar a eficiência operacional e garantir a segurança hídrica no abastecimento de água, a Companhia construiu uma nova captação de água no Rio Paraopeba para alimentar os três reservatórios do Sistema Paraopeba (Várzea das Flores, Serra Azul e Rio Manso), que são interligados. Concluída em dezembro de 2015, a um custo de R\$128,4 milhões, esse novo sistema de captação funcionou no período de três anos e permitiu a recomposição do volume de água desses três reservatórios. Porém, desde o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Mineradora Vale S.A., em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, as operações no local foram suspensas, pois a captação era feita a jusante da área impactada pelos rejeitos da mineração. Por isso, o abastecimento da RMBH está sendo feito pelas Represas de Rio Manso, Serra Azul e Várzea das Flores, além do Rio das Velhas, que, segundo a Copasa, possuem capacidade para atender a população por 20 meses, ou seja, até o início de 2021.

Diante desse cenário, a Vale S.A. ficou responsável por projetar e construir uma nova captação, que esteja localizada a montante do trecho impactado do Rio Paraopeba, a fim de evitar que os reservatórios do Sistema Paraopeba cheguem a níveis críticos de operação. Segundo a Copasa, o prazo de conclusão ideal para essa obra seria março de 2020, para se garantir o abastecimento de água no ano seguinte. O diretor-presidente da Companhia esclareceu que está negociando com a Vale S.A. a antecipação da entrega da obra e comunicou que não há motivos para alarme, pois, caso o volume de água se torne insuficiente, a Concessionária será a primeira a informar isso ao público.

## **4) Secretaria de Estado de Educação – SEE**

### **4.1) Educação em Tempo Integral**

Em 2018, a educação em tempo integral era ofertada em 1.640 escolas estaduais, atendendo cerca de 111 mil alunos. Em abril deste ano, o número de alunos foi reduzido para cerca de 30 mil, atendidos em 500 escolas. Após intensa mobilização dos parlamentares, o Executivo Estadual firmou acordo com a ALMG para recomposição das vagas, com a implantação, em agosto deste ano, de 25 mil vagas, e, em 2020, de mais 55 mil vagas. Essa conjuntura contribuiu para que a educação integral fosse tema de destaque nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza.

No 1º Ciclo, os deputados enfatizaram a necessidade do devido cumprimento do acordo formalizado com a ALMG de retomada e ampliação da oferta da educação em tempo integral. Em resposta, a secretária de Estado de Educação garantiu que a recomposição das vagas ocorrerá até o próximo ano. Como desdobramento da reunião, foi enviado requerimento à secretária com pedido de informações sobre as metas que serão adotadas para o processo de expansão da oferta de educação integral na rede estadual de ensino, de modo que alcance a Meta 6, estabelecida na Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Estadual da Educação ([RQN 1.732/2019](#)).

Em resposta ao requerimento, a secretária de Estado de Educação informou que, no primeiro semestre deste ano, foram atendidos 30 mil alunos na educação integral e que, no segundo semestre, seriam atendidos mais 34 mil. Para a seleção das novas escolas, foram considerados os seguintes critérios: ter ofertado educação em tempo integral em 2018, manifestado interesse de continuidade de oferta no presente ano e possuir salas ociosas. Mencionou, ainda, que será implementada nova matriz curricular para o ensino fundamental em tempo integral, que proporcionará aos alunos progressão nos estudos. Em relação ao ensino médio, comunicou que o órgão tem envidado esforços para ampliar o atendimento em tempo integral e que o Estado possuía 79 escolas, com mais de 10 mil alunos atendidos no âmbito do programa federal do ensino médio em tempo integral. Segundo a titular da Pasta, a perspectiva é de qualificação do programa federal no Estado, com a ampliação do atendimento, além da oferta na própria rede estadual de ensino. Por fim, afirmou que novas metas para o processo de expansão da oferta de educação em tempo integral na rede estadual de ensino, a partir de 2020, estão sendo delineadas.

Como sugestão de encaminhamento para o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, foi solicitado à titular da SEE que apresentasse as metas de expansão da oferta de educação em tempo integral para 2020, com número de alunos a serem atendidos; número de escolas que ofertarão o programa; distribuição das vagas por região do Estado; e proposta curricular do programa. A SEE informou, por meio do Relatório Gerencial – Análise do Segundo Quadrimestre de 2019, que a expansão da educação integral, ensino fundamental e médio, acontecerá em 446 municípios mineiros, distribuídos nas 47 Superintendências Regionais de Ensino. A proposta de expansão da educação integral para 2020 é de 95 mil novas vagas, das quais 40 mil são no ensino fundamental e 55 mil, no ensino médio. Para o ensino médio, é prevista a oferta de vagas tanto para o ensino integral regular quanto para o técnico integrado ao ensino médio.

No 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, os parlamentares voltaram a abordar a educação em tempo integral, apresentando questionamentos sobre número de alunos atendidos, previsão de atendimento para 2020 e integração entre educação integral e profissional. Em relação à oferta de cursos de educação profissional, a secretária informou que está sendo elaborado um plano para aplicar aproximadamente R\$60 milhões, oriundos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec –, em ações de educação profissional. Esse plano é um trabalho conjunto realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e a SEE, acompanhado pelo Ministério da Educação. O programa levará em consideração as especificidades da economia e das demandas de mão de obra das regiões do Estado, e os cursos em tempo integral ou em meio horário.

Os deputados consideraram que não houve resposta satisfatória em relação às metas de expansão da oferta de educação em tempo integral para 2020, razão pela qual foi apresentado novo requerimento solicitando tais informações.

### **Requerimento**

- **RQN 3.468/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as metas de expansão da oferta de educação em tempo integral para 2020, compreendendo a distribuição das vagas por região do Estado, o número de profissionais que serão contratados e a proposta curricular do programa. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 4.2) Infraestrutura das escolas

A infraestrutura das escolas estaduais foi debatida nos 1º e 2º ciclos do Assembleia Fiscaliza. No 1º Ciclo, houve questionamentos sobre os critérios utilizados na seleção das escolas a serem revitalizadas no âmbito do programa Mãos à Obra na Escola, haja vista que algumas escolas não foram contempladas, apesar da necessidade premente de manutenção. Na reunião do 1º Ciclo, a secretária informou que as escolas foram selecionadas com base no dimensionamento de urgências, observando-se aquelas com obra licitada e possibilidade de início imediato dos reparos.

Como sugestão de encaminhamento para o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, foi solicitado à titular da SEE que expusesse os resultados do programa Mãos à Obra na Escola até aquele momento e o plano de trabalho para o seu desenvolvimento até a conclusão das ações.

A secretária informou, por meio do Relatório Gerencial – Análise do Segundo Quadrimestre de 2019, que o programa Mãos à Obra na Escola disponibilizou recursos que somam quase R\$50 milhões para investimento em infraestrutura. As intervenções estão sendo realizadas levando em consideração os termos de compromissos que já haviam sido firmados com as escolas e a necessidade de intervenção emergencial. Na primeira etapa do programa Mãos à Obra na Escola, estão sendo investidos aproximadamente R\$21 milhões em 132 escolas estaduais, localizadas em 92 municípios mineiros. As primeiras obras concluídas serão entregues em novembro. A previsão é de que todas as benfeitorias previstas nessa primeira etapa sejam concluídas até 2021. Além disso, a segunda etapa do projeto foi lançada em 27/9/2019, contemplando 210 escolas, em 137 municípios, com investimento de R\$28,7 milhões. Até o final do ano, será lançada a terceira etapa do programa, que deve superar o número de escolas atendidas e os recursos investidos nas primeiras duas etapas do programa.

No 2º Ciclo, os parlamentares questionaram a secretária sobre os critérios que serão utilizados na seleção das escolas nas próximas etapas do programa Mãos à Obra na Escola. Ela informou que a SEE está realizando um diagnóstico centralizado da rede, que possibilitará um planejamento adequado para a intervenção.

### Requerimento

- **[RQN 3.500/2019](#) (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os resultados do diagnóstico da

infraestrutura das escolas estaduais e exposição do plano de trabalho para as próximas etapas do Programa Mãos à Obra nas Escolas. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

#### **4.3) Pessoa com Deficiência**

##### **Emissão dos laudos de avaliação de alunos com deficiência para a matrícula em escolas especiais ou solicitação de acompanhamento escolar especializado no ensino regular**

No 1º Ciclo, debateu-se a dificuldade na obtenção e renovação, pela rede pública, dos laudos de identificação de deficiência, inclusive dos transtornos cognitivos, para os alunos da educação especial. Os deputados observaram que, devido a essa dificuldade, é necessário recorrer a profissionais do setor privado, mas a maioria das famílias não tem condição para isso. A secretária assinalou que é preciso criar uma política integrada entre as áreas de saúde, educação e assistência social, e que os municípios precisam ser mobilizados para a emissão dos laudos. Também informou que a secretaria estava trabalhando no sentido de aprimorar o cadastro escolar, de forma a possibilitar a identificação do aluno com deficiência e os instrumentos pedagógicos necessários a cada condição, desde a matrícula.

No 2º Ciclo, a secretária afirmou que está atuando para promover mais integração com os sistemas municipais. Disse ainda que está identificando, com a Secretaria de Estado de Saúde e com as Superintendências Regionais de Ensino, os locais mais adequados para realizar o diagnóstico do aluno em cada município. Ressaltou a importância de realização do diagnóstico de aprendizagem no momento da entrada do aluno na rede, para as necessidades específicas de cada um, pois o atendimento realizado atualmente não é individualizado. Relatou que a dificuldade de emissão dos laudos de avaliação de deficiência por instituições públicas foi abordada em uma reunião da secretaria com o Ministério Público. Observou que, em razão dessa dificuldade, os pais buscam outros locais para obter os laudos com a indicação de todo o encaminhamento pedagógico – o que, no entanto, deveria ser planejado pela secretaria em conjunto com a família.

#### **Requerimentos**

- **[RQN 1.677/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a articular com os gestores municipais, por meio da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, ações para garantir o atendimento aos estudantes que necessitam de laudo para efetivar a matrícula em

escolas especiais ou solicitar o atendimento educacional especializado. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

#### **Compromissos da secretária (2º ciclo)**

- Avaliação da possibilidade de adequar o processo de matrículas da rede estadual de ensino às especificidades dos alunos com deficiência.
- Atuação para maior integração com os sistemas municipais de ensino e saúde, para viabilizar a emissão dos laudos de avaliação das deficiências para matrícula dos alunos na educação especial.

## **5) Secretaria de Estado de Fazenda – SEF**

### **5.1) Proposta de adesão do Estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF – Lei Complementar nº 159/2017)**

Esse foi o tema dominante das discussões entre os parlamentares e o secretário. O gestor foi questionado sobre os motivos do fracionamento dos projetos de lei relativos ao pacote da proposta de adesão do Estado ao RRF, sobre a redução de benefícios fiscais como contrapartida à adesão ao RRF e seus impactos, e sobre as privatizações de estatais como fonte de renda de caráter extraordinário e, portanto, incapaz de solucionar o problema estrutural das contas de Minas Gerais. Nesse ponto, vale frisar que os deputados afirmaram esperar que o governo apresente projetos estruturantes do RRF, com alternativas às privatizações, e que devem ser discutidos antes delas. Além disso, o gestor foi arguido também sobre a possibilidade de a liminar concedida no âmbito do STF para permitir que o Estado deixe de pagar as parcelas da dívida com a União vir a substituir a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre os gastos do Estado com campanhas publicitárias a respeito do RRF e sobre o impacto da adesão a esse regime na gestão de pessoal, em especial, na carreira e na recomposição salarial dos servidores. Por fim, o gestor foi questionado também sobre a efetividade da adesão ao RRF, um regime que, na visão dos parlamentares, suprime direitos e pode não entregar os resultados esperados, usando como exemplo o Estado do Rio de Janeiro, que teria obtido resultados positivos por meio do incremento de receitas e não com foco exclusivo nas despesas.

O secretário informou que a forma de apresentação dos projetos de lei foi acordada institucionalmente entre os poderes. Sobre a revisão de benefícios fiscais, informou que não haverá redução de benefícios fiscais em Minas Gerais após a adesão ao RRF, tendo em vista que todos os benefícios concedidos estão regulares perante o disposto na Lei Complementar nº 160, de 2017. Ressaltou, ainda, que as atuais concessões em Minas Gerais foram feitas de maneira bastante criteriosa, embora nada impeça que elas sejam revistas a fim de serem aprimoradas.

Relativamente ao uso de receitas extraordinárias oriundas da eventual privatização das estatais, o secretário reconheceu não ser a fonte tecnicamente adequada de recursos, mas sinalizou que isso se tornou necessário devido à situação dos cofres do Estado. Além disso, considera que a desestatização é necessária

para garantir mais eficiência e estabilidade econômico-financeira da máquina pública, mas explicou que o tema estará sujeito a debates.

A respeito da liminar concedida ao Estado pelo STF, desobrigando-o de pagar a dívida com a União, o secretário considera tal instrumento frágil, passível de cassação e que representa custos de encargos maiores para o Estado do que sua adesão ao RRF, uma vez que, no primeiro caso, o ente é considerado inadimplente perante a União, o que enseja a cobrança de multa e juros de mora. Explicando-se sobre o impacto da adesão ao regime para a gestão de pessoal, o secretário considera que, no cenário atual, a política de gestão de pessoas encontra-se ameaçada. Embora no RRF a revisão geral anual de salários não esteja impedida, seria irresponsável, segundo ele, conceder aumentos sem que haja possibilidade de honrar tais compromissos. Para o gestor, a adesão ao regime ensejará mais equilíbrio, o que possibilitará o desenvolvimento de uma política de gestão de pessoas mais aderente às necessidades dos servidores.

Por fim, ao abordar sobre a efetividade da adesão ao RRF, considerando a experiência de outros estados, o gestor divergiu quanto ao argumento de que o regime suprima direitos, na medida em que entende que o RRF preserva os direitos adquiridos e propõe sua revisão para o futuro. Sobre o caso do Rio de Janeiro, afirmou que os esforços para aumentar a receita de *royalties* estavam previstos no plano de recuperação fiscal, bem como que a adesão ao RRF possibilitou que aquele estado voltasse a pagar o salário de seus servidores em dia, além de proporcionar um incremento significativo do custeio em saúde e educação. Para o secretário, embora exista a possibilidade de aprimoramento do RRF, ele é a solução existente no momento.

## Requerimento

- **[RQN 3.298/2019](#) (Comissão Fiscalização Financeira e Orçamentária):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado ao Ministério da Economia, contendo o cronograma de apresentação de leis, metas, objetivos, resultados e medidas que serão adotadas, conforme previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 159, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 5.2) Lei Kandir

Recuperação dos créditos a que o Estado faz jus, relativos à compensação financeira devida pela União ao Estado, decorrentes da desoneração de ICMS estabelecida pela lei. Em dois momentos do debate, perguntou-se ao secretário se a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal obrigaria o Estado a abrir mão dos recursos referentes ao passivo da Lei Kandir, os quais têm sido objeto de negociação com a União. Em ambas as ocasiões, o gestor ressaltou que a adesão ao RRF não exclui a possibilidade de se prosseguir com a discussão da Lei Kandir, uma vez que a lei complementar que disciplina a adesão ao regime só obriga o Estado a abrir mão de ações judiciais que questionem o pagamento da dívida com a União.

Ressaltou, no entanto, que a União, no atual momento das negociações, não reconhece o endividamento passado referente à Lei Kandir, ao passo que os estados não estão dispostos a abrir mão desse montante. Nesse contexto, informou que está agendada para o dia 8/11 a última reunião de conciliação do processo em tramitação no STF. Não havendo acordo, o feito irá a julgamento. Além disso, o secretário entende que mesmo o montante integral de recursos oriundos da Lei Kandir não seria suficiente para sanar o desequilíbrio financeiro do Estado, que é muito vultoso.

Correlata à discussão da Lei Kandir, foi apresentada a proposta de que, em lugar de se continuar o debate a respeito da incidência de ICMS sobre as exportações, seja implementada a cobrança de imposto regulatório sobre elas, o qual possuiria previsão constitucional e poderia ser operacionalizado por meio de articulação com a União, gerando resultados de arrecadação mais rápidos. A esse respeito, o secretário comentou que considera o debate muito importante e que, se a Assembleia entender adequada a criação do imposto, isso pode ser discutido.

## 6) Secretaria de Estado de Governo – Segov

### 6.1) Crise fiscal e adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal

A temática da atual crise fiscal do Estado de Minas Gerais e a sua adesão aos programas de recuperação fiscal permearam grande parte dos debates e dos questionamentos apresentados na reunião com a Segov, tanto no primeiro como no segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza.

#### Requerimentos

- **[RQN 1.667/2019](#) (Comissão de Constituição e Justiça):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que envie a esta Casa o diagnóstico das possíveis soluções aventadas pelo governo para enfrentar a crise financeira do Estado, especificando os impactos sociais e financeiros de cada uma das opções consideradas, notadamente as relacionadas à adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal, de forma a subsidiar a análise do Parlamento acerca do projeto de lei que será encaminhado a esta Casa.

**Em resposta**, foi informado que: I – houve a reforma administrativa, a qual reduziu o tamanho do Estado; II – foi feito um acordo com os municípios, de forma a pactuar o pagamento de débitos; III – houve um incremento nas vagas formais de trabalho; IV – foi criado grupo de trabalho para simplificação tributária; V – houve um esforço na quitação de vencimentos de servidores; VI – estão sendo tomadas ações de combate à sonegação fiscal; VII – houve realização de leilões para venda de bens do Estado; VIII – lançamento conjunto entre Poderes Executivos, Judiciário e Legislativo da “Carta de Minas”, com propostas relativas ao ressarcimento das perdas decorrentes da Lei Kandir. Foi informado, ainda, que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal é fundamental e está em vias finais para ser apresentado e protocolado. Assim, consideramos que não há encaminhamento adicional a ser sugerido. Embora não tenha havido detalhamento sobre os impactos do Regime de Recuperação Fiscal, foi informado que ele está em vias finais de preparação para ser enviado a essa Casa.

- **[RQC 2.882/2019](#) (Comissão de Administração Pública):** requer seja realizada audiência pública desta comissão para discutir o Regime de Recuperação Fiscal, por meio da compreensão da legislação, da experiência do Estado do Rio de Janeiro e da perspectiva do governo do Estado de Minas Gerais. O evento ainda está **aguardando agendamento**.

**No segundo ciclo**, os deputados se manifestaram no sentido de todos têm consciência de que o Estado de Minas vive uma crise fiscal estrutural. Afirmou-se ser necessário o equilíbrio fiscal, fundado em receitas ordinárias, e não nas receitas extraordinárias. Na opinião de muitos parlamentares, a adesão ao

Regime de Recuperação Fiscal não é o único caminho, havendo outras possibilidades. Argumentou-se, ainda, que a adesão ao referido regime não compensaria ao Estado, especialmente por não se saber se a crise fiscal seria contornada com a adoção dessa medida.

Em decorrência dessas considerações, o secretário informou que a nova gestão assumiu um déficit considerável, que penalizou a prestação dos serviços públicos. Nesse cenário, o governador vem pautando sua gestão pela austeridade, por meio da extinção de cargos de confiança, revisão de contratos e elaboração do programa Todos por Minas. Enfatizou a capacidade de diálogo dos mineiros para a realização de mudanças necessárias. Segundo ele, há uma concentração de recursos nas mãos da União e um déficit fiscal no Estado, que demanda esforços conjuntos para tirar Minas da situação em que se encontra. Observou que, dentre as ações realizadas pelo Estado para o enfrentamento da crise, destacam-se a realização de contingenciamento de cerca de R\$2 bilhões de despesas no orçamento público, extinção de cargos, redução das secretarias de Estado, diminuição da estrutura administrativa e contenção de despesa com pessoal da ativa.

Este último ponto gerou uma economia de cerca de R\$86 milhões. O secretário disse também que foi encaminhado para a Assembleia projeto que se refere à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Esse projeto, após ser aprovado pela Assembleia, estará apto à execução, quando, então, será dada satisfação ao STF. Trata-se da adesão ao regime e da venda de uma estatal. Para ele, o importante nesse momento é obter a autorização do Parlamento para iniciar os trabalhos e, depois, o plano será devidamente debatido nesta Casa. Sobre os demais projetos de lei que tratam do plano de recuperação fiscal do Estado, o secretário frisou que caberá à ALMG analisar, debater e discutir a proposta, no seu tempo. A despeito disso, expôs sua preocupação caso a liminar que suspendeu o pagamento da dívida seja revogada, porque isso poderá impactar as finanças do Estado, que já se encontram deficitárias. Afirmou ainda que a recuperação fiscal no momento está baseada em dois projetos: o de cessão de direitos creditórios de titularidade do Estado relacionados com a Codemig e o que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Codemig.

## Requerimentos

- [RQN 3.323/2019](#) (Comissão de Administração Pública): pedido de informações sobre quais outras medidas, além daquelas que já foram submetidas à ALMG, o Poder Executivo pretende adotar para viabilizar o plano de recuperação fiscal, especialmente no que tange à alienação de empresas estatais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- [RQN 3.254/2019](#) (Comissão de Constituição e Justiça): pedido de providências para elaboração de estudo sobre a viabilidade de aumento da tributação de produtos supérfluos como alternativa para arrecadação de receitas para o enfrentamento da crise financeira do Estado e para a execução de políticas públicas. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- [RQN 3.251/2019](#) (Comissão de Constituição e Justiça): pedido de informações sobre as medidas que serão adotadas para o equacionamento do *deficit* fiscal e para o reequilíbrio das contas públicas no campo previdenciário. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 6.2) Compensação da Lei Kandir

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – Lei Kandir –, desonerou, por completo, o ICMS incidente sobre as operações com mercadorias destinadas ao exterior, alcançando, inclusive, produtos primários e industrializados semielaborados. A desoneração tributária estabelecida por essa lei assumiu estatuta constitucional a partir da Emenda à Constituição nº 42/2003, que alterou o art. 155, § 2º, X, “a”, da Constituição Federal, para conceder imunidade do ICMS para toda e qualquer operação de exportação e garantir ao exportador o aproveitamento do respectivo crédito do imposto.

Nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza, essa temática foi amplamente discutida no âmbito da reunião conjunta com a Segov. Houve manifestações que reverberam entendimentos diversos sobre a Lei Kandir. Expressou-se a necessidade da previsão de mecanismos de indenização pelas perdas consequentes da referida lei. Houve manifestações também para que seja reconhecida a injustiça histórica com Minas Gerais, sobretudo em virtude das perdas decorrentes da atividade minerária.

### Requerimentos

- [RQN 1.843/2019](#) (Comissão de Administração Pública): requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da pretensão do Estado em relação aos efeitos da Lei Kandir/Emenda Constitucional nº 42 sobre as finanças estaduais, e sobre a tributação alternativa de commodities exportadas, tanto de produtos não renováveis quanto renováveis.

**Em resposta**, as informações prestadas foram no sentido de que a Lei Kandir, Lei Complementar Federal nº 87, de 1996, trouxe diversos prejuízos ao Estado. Foi apontado que, em reunião de 18/7/2019, foi apresentado estudo sobre o tema feito pela Advocacia-Geral do Estado em parceria com esta Casa e com o Poder Judiciário. Foi ressaltado também que o governo de Minas propõe que a União entregue, anualmente, o montante de R\$18 bilhões, a ser repartido pelos estados de acordo com os critérios já estabelecidos pelo Conselho Nacional, de Política Fazendária – Confaz – e que esses valores devem ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic capitalizada, índice adotado pela União na correção das dívidas dos estados. E Minas Gerais teria direito a 15% desse total. A

proposta é que a União deverá compensar, mensalmente, os estados e municípios pelas perdas decorrentes da desoneração do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ocorridas a partir de 2006. Em relação às perdas passadas, Minas Gerais teria direito a um total de R\$ 135 bilhões. Com relação às perdas futuras, referentes a projeto de lei que tramitou no Senado, apurou-se um prejuízo estimado no valor de R\$ 39 bilhões. A proposta colocada para fins de conciliação propõe a divisão desse último valor pela metade, então representando uma importância de R\$ 18 bilhões, a ser acertada a partir do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal na audiência do dia 5 de agosto de 2019. Propõe-se que os pagamentos mensais sejam realizados ao longo do prazo de 60 anos. Pela proposta apresentada, o Estado de Minas Gerais receberá da União a soma de R\$ 4 bilhões por ano. Mencionou-se, ainda, a Carta de Minas. Não houve detalhamento na resposta sobre a tributação alternativa de “*commodities*” exportadas, tanto de produtos não renováveis quanto de produtos renováveis. Na resposta apresentada pelo Executivo não há informações, à luz da lei Kandir, sobre a tributação alternativa de “*commodities*” exportadas, tanto de produtos não renováveis quanto de produtos renováveis.

**No segundo ciclo**, os parlamentares se manifestaram novamente, apresentando diversos questionamentos ao secretário de Estado de Governo. Diante dos novos questionamentos, o secretário disse que já houve entendimentos entre os órgãos do Estado e órgãos federais, como o Tribunal de Contas da União, a Advocacia-Geral da União e outros. Salientou que não há reconhecimento da dívida por parte dos órgãos da União, mas que o governador de Minas não abre mão dos recursos a que julga que o Estado faz jus.

## **7) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra**

### **7.1) Retomada as obras paralisadas no Estado, com foco principalmente nas rodovias e nos hospitais regionais**

No **primeiro ciclo**, os parlamentares já demonstraram preocupação com as obras paralisadas do Estado, listando uma série de rodovias estaduais, como as MGs 050, 105, 214, 290, 427, 462 e 760, as LMGs 406 e 674 e as BRs 135, 251, 365, 367, 381 e 491, e a situação dos hospitais regionais como os de Governador Valadares, Resplendor, Uberaba e Montes Claros. Naquela oportunidade, o secretário se comprometeu a elaborar estudos com vistas a buscar soluções para a melhoria e a manutenção das rodovias estaduais, com apresentação dos resultados para a ALMG. Além disso, esclareceu que o “catálogo de obras” estaria sendo elaborado pela Secretaria para ser apresentado posteriormente aos deputados, com o objetivo de viabilizar a execução de emendas parlamentares que custeassem a finalização das obras mais importantes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do Estado, mesmo no cenário de restrição fiscal.

O tema voltou a ser objeto de discussões no **2º Ciclo** do Assembleia Fiscaliza, com vários parlamentares sugerindo diversos trechos rodoviários que deveriam ter obras retomadas ou iniciadas em diferentes regiões do Estado. O representante da Seinfra apontou dificuldades de ordem financeira para o início/reinício dessas obras e esclareceu que algumas poderiam ser reiniciadas com recursos privados ou com articulação com outras esferas governamentais, e que a Secretaria realizaria tratativas nesse sentido.

A proposta do governo de lançar editais de licitação para concessão de lotes de trechos rodoviários em várias regiões do Estado foi tema bastante discutido ao longo da reunião. O secretário apresentou um cronograma básico dessas licitações. Restaram incompletas informações mais detalhadas sobre esses cronogramas, por lote – caso a Secretaria os possua –, bem como uma justificativa para a redução dos lotes de concessão a serem licitados, de sete para seis. Diante das restrições orçamentárias atuais, arranjos legais e econômicos de parceria com a iniciativa privada para investimento em infraestrutura têm sido objeto de ações da Seinfra e foram abordados em vários momentos da reunião pelos deputados.

## Requerimentos

- **[RQN 3.237/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja priorizada a retomada das obras dos seguintes trechos rodoviários: LMG-760, no contorno rodoviário de Cataguases; MG-425; MG-409; e MG-105, de Pavão a Águas Formosas; MG- 479, de Januária a Chapada Gaúcha; Anel Rodoviário de Montes Claros; BR-491, de Varginha a Três Corações; MG-290; LMG-862, de São Bento Abade a Luminárias; MG-295, de Consolação a Cambuí; AMG-2320, de Santa Rita do Itueto a Resplendor; e BR-135, de Manga a Itacarambi. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.238/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para sua participação efetiva, sem que se coloquem empecilhos, na negociação com o Estado para viabilizar a retomada das obras da Rodovia LMG-760, tendo em vista a necessidade urgente de compensação pelos danos causados à região do Rio Doce pelo desastre com a barragem da Samarco. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.239/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que esse órgão possa atuar, junto com o governo federal, na conclusão das obras de duplicação da BR-381, minorar a tarifa de pedágio prevista e antecipar o cronograma das obras propostas pela ANTT para a rodovia. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.220/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o processo de refederalização de trecho da BR-135 no Norte de Minas, com detalhamento da situação atual das negociações e das perspectivas reais de sua efetivação. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.241/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para instituição de grupo de trabalho formado por esse órgão e a bancada de deputados da região Norte do Estado para definir quais obras serão realizadas com os eventuais recursos de antecipação do pagamento da outorga da concessionária Eco-135. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.221/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o cronograma atualizado do lançamento dos estudos e dos editais de licitação para concessão de rodovias estaduais e os valores estimados pelo órgão a serem arrecadados com as outorgas das respectivas concessões. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.222/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a diferença entre o número de lotes de concessão de rodovias anunciado pelo Estado no início de 2019 – sete –

e o mencionado na audiência do 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza – seis. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **[RQN 3.224/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o detalhamento dos valores já arrecadados com a iniciativa privada e com organismos de fomento, para os estudos e as modelagens de parcerias no setor de infraestrutura e de transportes, com suas respectivas destinações. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.229/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e de Saúde pedido de informações sobre a situação atual das tomadas públicas de subsídio e, quando for o caso, sobre o detalhamento e o cronograma atualizado do lançamento dos editais de licitação para a retomada das obras dos hospitais regionais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.250/2019](#) (Comissão Transporte, Comunicação e Obras Públicas):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja priorizada a conclusão das obras do Hidroex e para que essas entidades participem das discussões com os demais órgãos do Estado, visando dar a devida destinação ao empreendimento. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.420/2019](#) (Comissão Assuntos Municipais e Regionalização):** requer seja enviado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Secretaria para estabelecer as prioridades apresentadas no catálogo de obras lançado pelo governo do Estado e o porquê de existirem poucas delas destinada à região Norte de Minas em relação às demais regiões, mesmo que haja ali uma grande quantidade de obras importantes paralisadas ou a serem iniciadas. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.421/2019](#) (Comissão Assuntos Municipais e Regionalização):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o andamento das obras no Córrego do Ferrugem e no Riacho das Pedras, em Contagem, e os entraves atuais e futuros já previstos que possam impedir a sua conclusão. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## **7.2) Investimentos em infraestrutura ferroviária no Estado, com seus temas conexos: renovação antecipada das concessões ferroviárias federais, metrô de BH, Plano Estratégico Ferroviário**

No **primeiro ciclo**, o representante da Seinfra ouviu dos parlamentares a cobrança de uma postura mais incisiva do governo e da Secretaria na defesa dos interesses do Estado no processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias federais. Na oportunidade, foi sugerida a possibilidade de utilização dos recursos oriundos desse processo para a ampliação do transporte sobre trilhos na RMBH ou de recursos provenientes das indenizações da Vale S.A. em decorrência do desastre das barragens de Mariana e Brumadinho.

Já no **segundo ciclo**, o secretário da Pasta informou o início da elaboração do Plano Estratégico Ferroviário – PEF – de Minas Gerais, instrumento que orientaria a definição dos investimentos prioritários. O gestor ressaltou a importância da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras por ter trazido o transporte ferroviário para a agenda do Estado. Além disso, o tema da expansão da malha metroviária da RMBH também foi discutido e mereceu atenção do titular da Seinfra.

O gestor assumiu o compromisso de dar acesso à ALMG a todas as etapas de elaboração do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais, que deve estar concluído ao final de 2020, e de pleitear do governo federal todos os recursos e as compensações considerados direitos de Minas Gerais no bojo do processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias federais.

## Requerimentos

- **[RQN 3.305/2019](#) (Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que defenda como ações prioritárias no Plano Estratégico Ferroviário: a reativação de trem de passageiros entre Belo Horizonte e Ouro Preto/Mariana; a criação de ligação ferroviária entre Belo Horizonte e Brumadinho; a reativação total ou parcial da Ferrovia Bahia-Minas; a ampliação da malha metroviária da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH; a solução do gargalo ferroviário para escoamento da produção agrícola do Triângulo Mineiro e do Noroeste de Minas; a reativação ou a construção de ramais ferroviários em substituição a minerodutos existentes ou planejados; a reativação ou a construção de trechos ferroviários para fomentar a utilização do porto de Salvador como destino da produção agrícola e industrial mineira; a resolução dos gargalos logísticos da malha ferroviária da RMBH, de modo a viabilizar a sua utilização para o transporte de passageiros; a construção do ferroanel da RMBH; e a ampliação do número de horários do trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.304/2019](#) (Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja agendada visita técnica, em conjunto com deputados estaduais e lideranças locais, a trechos ferroviários abandonados na região do Vale do Jequitinhonha, entre os quais os da extinta Ferrovia Bahia-Minas. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.269/2019](#) (Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as estimativas desse órgão para os valores das outorgas das três malhas ferroviárias – EFVM, FCA e MRS –, cujas concessões com o governo federal estão em processo de renovação antecipada, e sobre o percentual desses valores que será destinado a Minas Gerais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.270/2019](#) (Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as ações da Pasta

e a situação atual das negociações com o governo federal para se utilizarem as multas devidas pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica (atual VLI) para a implantação da Linha 2 (Calafate-Barreiro) do metrô de Belo Horizonte. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN 3.268/2019 (Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os valores atualizados, segundo cálculos do órgão, que seriam necessários para a ampliação da malha metroviária da RMBH, detalhados por trecho e linha. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## **8) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp/Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG/Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG/Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – CBMG**

### **8.1) Gestão de pessoas – *deficit* de efetivo**

#### **PMMG**

O cel. PM Giovanne abordou o quadro atual de pessoal da PMMG, salientando os números: o previsto na Lei nº 22.415, de 16 de dezembro de 2016 – “Lei de Efetivo” (51.669 cargos); o efetivo existente (39.596, sendo 38.130 ativos e mais 1.466 designados para o serviço ativo); e o déficit (12.073, relativo à diferença entre a Lei nº 22.415, de 2016, e o efetivo existente, ou 13.539, relativo à diferença entre a “Lei de Efetivo” e os policiais militares da ativa). Apresentou também dados de retrospecto do efetivo da PMMG de 2015 a 2019, com o número de evasões e inclusões, e seus respectivos déficits ou superávits (este existente apenas em 2016). Entre as ações para a recomposição do quadro atual, mencionou concursos: CFO/2019, com 120 vagas; CFSD RMBH, com 690 vagas e início previsto para fevereiro de 2020; e CFSD Interior, com 870 vagas e início previsto para maio de 2020; e a substituição de parte dos militares que atuam em atividades administrativas por servidores civis em cargos comissionados, contemplando a liberação de 1.400 policias militares para atividades operacionais no Estado. No entanto, ainda há necessidade de se aumentar a quantidade desses cargos por processo legislativo, e o projeto com esse objetivo encontra-se na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

Os deputados manifestaram sua maior preocupação com o efetivo, cujo déficit já é alto, e, supõe-se, aumentará com a reforma da previdência, implicando em sobrecarga ainda maior dos que continuarão em atividade. Além disso, mencionaram a lei de responsabilidade fiscal e a possível adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal como outros aspectos prejudiciais a esse quadro. Diante disso, questionaram sobre as ações pensadas, especialmente sobre a previsão de realização de concursos, pois as iniciativas apresentadas na exposição do comandante-geral não sinalizam ser suficientes para enfrentar a carência de recursos humanos da corporação, no presente e no futuro. O cel. PM Giovanni esclareceu que essa defasagem no efetivo do órgão vem de anos, e a política tem sido no sentido de buscar a recomposição apenas. Comentou acerca de reunião, realizada no dia anterior, com o titular da Seplag, Otto Levy, na qual discutiu-se a defasagem atual – 16.000 policias militares – e a situação orçamentária do Estado, também deficitária. Reafirmou seu empenho nesse quesito, bem como o diálogo sincero com o Executivo e a

sensibilidade do governador para enfrentar o problema e esclareceu ser necessária uma regra de transição para que a reforma da previdência não resulte na evasão imediata de mais de 4.000 policiais militares, informando que isso está sendo discutido em Brasília.

## Requerimentos

- **[RQC 5.155/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requerem seja realizada visita ao governador do Estado para debater a recomposição do efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3522/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requerem seja encaminhado à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo da PMMG, em face do grave *deficit* na instituição e tendo em vista o previsto na Lei nº 22.415, de 2016, que fixa os efetivos da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.550/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de aposentadorias de policiais militares do Estado tendo em vista a reforma da previdência, nos termos do Projeto de Lei Federal nº 1645, de 2019, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, bem como sobre as ações que estão sendo planejadas pela PMMG diante dessa perspectiva, considerando-se um detalhamento acerca de possível regra de transição, o já deficitário quadro atual de seu efetivo e a perspectiva de o Estado concretizar sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## PCMG

O chefe da PCMG apresentou números absolutos e percentuais relativos ao quadro de efetivo das carreiras policiais (delegado, médico legista, perito criminal, investigador de polícia e escrivão de polícia), destacando, conforme previsão da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013 – Lei Orgânica da PCMG: cargos ocupados e vagos, nomeações e vacâncias em 2019 e déficits. Este, no total atual dessas carreiras, é de 40,8%, com maior peso do déficit de delegados: 44,1% ou 860, investigadores: 40% ou 4.396, e peritos criminais: 32% ou 276. Exibiu também a mesma categoria de dados relativos ao quadro de efetivos das carreiras administrativas (analista, técnico assistente e auxiliar), exceto nomeações em 2019. O déficit atual total nessas carreiras é da ordem de 27%, concentrado, apenas nos cargos de analista: 34% ou 148, e de técnico assistente: 25,9% ou 259. Mencionou, ainda, os concursos em andamento: 79 delegados de

polícia em formação, com designação prevista para 18 de outubro de 2019; 387 investigadores de polícia em formação, com designação prevista para novembro de 2019; e 119 escrivães de polícia em formação, com início do curso em 8 de outubro de 2019.

Os parlamentares reiteraram suas cobranças feitas no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza de 2019: realização de novos concursos públicos para as carreiras da instituição, em especial as policiais, mas não apenas, tendo em vista os atuais déficits e o previsto na Lei Orgânica da PCMG. Além disso, fizeram apelo para que a designação de novos delegados, prevista para 18 de outubro de 2019, de fato aconteça, e para que os 87 excedentes do concurso para o mesmo cargo, edital nº 1/18, sejam nomeados, ressaltando sua preocupação maior: sobrecarga de trabalho e o consequente adoecimento por ela desencadeado e a devida prestação do serviço de polícia judiciária para os cidadãos.

Wagner Pinto de Souza citou a nomeação de cerca de 500 servidores de carreiras policiais em 2019, conforme dados apresentados em sua exposição, mas, por outro lado, disse estar ciente do problema e em permanente diálogo com o Executivo a fim de recompor o quadro de pessoal do órgão, em todas as carreiras, e evitar adoecimentos diversos.

Compromissos do chefe da PCMG no 1º Ciclo:

- Homologar o concurso para o cargo de escrivão e nomear 119 escrivães de polícia (o concurso foi homologado em 26 de julho de 2019 e as nomeações não ocorreram até 30 de agosto de 2019<sup>5</sup>);
- Designar os 76 delegados de polícia nomeados em junho de 2019, após o curso de formação, para as comarcas que não possuem delegados;
- Pleitear do governador do Estado a realização de concursos públicos para todas as carreiras da PCMG;
- Nomear os 544 investigadores de polícia (foram nomeados 425 investigadores da PCMG em 4 de julho de 2019<sup>6</sup>).

## Requerimentos

- **RQN 3.545/2019 (Comissão de Segurança Pública)**: requer seja encaminhado à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a nomeação de servidores de todas as carreiras policiais da instituição, tendo em vista o *deficit*

5 Disponível em: <<https://acadepol.policiacivil.mg.gov.br/concurso/exibir/1212551?carreira=999157>>. Acesso em 30/8/2019).

6 Disponível em: <<http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>>. Acesso em 29/08/2019.

já grave de efetivo na instituição, a previsão de expansão de delegacias especializadas em investigação e repressão a crimes rurais e a necessidade de melhoria e expansão do atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG e de expansão e reestruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, ressaltando-se a importância da formação e da capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço e da designação de policiais femininas, de forma a garantir um atendimento mais adequado e humanizado a esse público. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN 3.553/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a recomposição do efetivo da PCMG em face do atual *deficit* de mais 40%, índice ainda maior em se tratando de delegados e escrivães de polícia, tendo em vista o que prevê a Lei Complementar nº 129, de 2013, que contém a Lei Orgânica da PCMG e o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis e aumenta o quantitativo de cargos nas carreiras da instituição. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.531/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que sejam nomeados os 87 excedentes do concurso para o cargo de delegado de polícia regido pelo Edital nº 01/18, haja vista o *deficit* de 44,1% nessa carreira. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 8.2) Sistemas prisional e socioeducativo

Os deputados manifestaram bastante preocupação em relação à carência de recursos humanos nos sistemas prisional e socioeducativo, à semelhança do que ocorre com a PMMG, a PCMG e o CBMMG, e disseram-se apreensivos quanto à sobrecarga de trabalho e ao adoecimento decorrente dela, bem como a um possível colapso de todo o sistema de segurança pública no Estado. Solicitaram, em face desse quadro, a realização de concursos para recompor o déficit de agentes penitenciários e socioeducativos. Durante o 1º Ciclo, o secretário se comprometeu a criar 2.000 vagas no sistema prisional até o fim de 2019 e a nomear 750 agentes prisionais do processo seletivo simplificado de 2018.

### Requerimentos

- **RQN 1.976/2019 (Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o processo de redimensionamento do sistema prisional anunciado pela Secretaria de que é titular. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **RQN 1.864/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para melhoria das unidades prisionais do Estado, que atualmente se encontram com capacidade máxima excedida, bem como para nomeação de agentes prisionais aprovados no processo seletivo simplificado, de forma a suprir a demanda nas referidas unidades. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 3.525/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejust – pedido de providências para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo dos sistemas prisional e socioeducativo, em face do atual *deficit* de agentes penitenciários e socioeducativos, por meio da nomeação de 78 aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS/2018 – e da realização de concursos públicos para os dois cargos. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## **CBMMG**

O cel. BM Edgard Estevo da Silva apresentou os quantitativos do efetivo da Corporação, destacando os déficits relativos à Lei nº 22.415, de 2016 – “Lei do Efetivo”: 29,19% no total (2.335 bombeiros militares, previstos 7.999), sendo 16,21% praças e 12,98% oficiais. Esclareceu que se busca sempre espelhar esse déficit na distribuição dos bombeiros pelo Estado, não privilegiando ou prejudicando nenhuma localidade. Pontuou, também, que jamais o total previsto foi realidade, e o maior efetivo da corporação, de 6.198, se deu em 2014, em contraposição aos 5.664 atuais, com média de evasão anual de 192 bombeiros militares, o que causa preocupação. Esclareceu que a atual “Lei do Efetivo” tem vigência até o fim deste ano, e uma nova proposta de lei já está em tratativas com a Seplag. Esta não prevê a alteração do número total de bombeiros militares, apenas um remanejamento de cargos, de modo a viabilizar o acesso à carreira, e o planejamento estratégico da corporação de 2015, que contém a linha mestra do CBMMG e é revisto a cada dois anos, contendo projeção até 2026.

As ações adotadas internamente para lidar com o atual déficit são: reestruturação da distribuição do efetivo; enxugamento de 497 cargos na estrutura administrativa e operacional; previsão de contratação de 150 civis para a área administrativa e liberação de bombeiros militares para a atividade-fim (em negociação). Quanto à realização de concursos, o comandante-geral do CBMMG citou quatro: um deles já em andamento, com ingresso previsto para maio de 2020 (500 soldados); e os três outros solicitados em 2019, dois em abril (para 10 oficiais de saúde e curso de formação de 21 oficiais) e um em agosto (para 500 soldados).

Os parlamentares manifestaram sua preocupação em relação à carência de recursos humanos na corporação, à semelhança do que ocorre com a PMMG, a PCMG e os sistemas prisional e socioeducativo, e disseram-se apreensivos quanto à sobrecarga de trabalho e ao adoecimento decorrente dela, bem como a um possível colapso de todo o sistema de segurança pública no Estado. Solicitaram, em face desse quadro, a realização de concursos, tanto para compensar a evasão anual dos bombeiros militares quanto para cumprir o previsto na “Lei do Efetivo”, e aprovaram as ações adotadas no sentido de se realocar o efetivo nas atividades-fim da Corporação.

Além disso, com a necessidade das escalas específicas para as atividades de resgate em Brumadinho, deduz-se que algumas frações e localidades ficaram e permanecem com efetivo ainda mais reduzido, algo que poderia ser mais bem administrado caso não houvesse deficit. O comandante-geral do CBMMG assegurou que a Corporação está fazendo mais entregas, mesmo com menos servidores, inclusive devido ao aumento de 45% nos focos de incêndio em vegetação na comparação com 2018 e à participação, além da Operação de Brumadinho, em missões na Amazônia e em Moçambique. Além disso, asseverou que o pleito de recomposição do efetivo está em negociação com o chefe do Executivo, com a participação da Seplog e da Sejusp, sendo tratado de forma bastante adequada.

Obs.: CBMMG não participou oficialmente do 1º ciclo.

#### **Requerimento**

- **[RQN 3.523/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e à Câmara de Orçamento e Finanças pedido de providências para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo da corporação, em face do atual *deficit*, de quase 30%, e tendo em vista o previsto na Lei nº 22.415, de 2016, que fixa os efetivos da Polícia Militar de Minas Gerais e do CBMMG. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### **8.3) Autoextermínio e automutilação dos profissionais de segurança pública**

#### **PMMG**

O Cel. PM Giovanne entregou, em mãos, ao presidente da comissão, planilha contendo dados sigilosos acerca da vitimização dos policiais militares em decorrência do exercício de sua função, bem como relativos ao autoextermínio desses profissionais. Discorreu sobre algumas ações destinadas ao

enfrentamento desses problemas, destacando: a criação do Núcleo de Prevenção à Vitimização do Policial Militar; convênio com a Associação de Psiquiatria da América Latina – Apal; potencialização das ações de assistência médica, psicológica e social ao policial militar e família – Pró-Apoio; avaliação psicológica obrigatória no Programa de Saúde Ocupacional da Policial Militar – PSOPM; programa de valorização da vida; ações realizadas durante o Setembro Amarelo para prevenção ao suicídio; realização de curso tático móvel e credenciamento de fuzil em todas as unidades de execução operacional; emprego das aeronaves do Comando de Aviação do Estado – Comave – para apoio em operações; apoio do Grupo Especial de Resposta Imediata – Geri – a militares ameaçados ou vítimas de criminalidade.

### Requerimentos

- **[RQN 3.524/2019 \(Comissão de Segurança Pública\)](#)**: requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a implementação de um núcleo de apoio aos militares e familiares, inclusive aos veteranos, e de outras ações de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e de autoextermínio, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.536/2019 \(Comissão de Segurança Pública\)](#)**: requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja avaliada a viabilidade de ampliar o atendimento para policiais militares em casos de assistência psicológica e psiquiátrica, especialmente fora da rede orgânica do Instituto de Previdência dos Servidores Militares, possibilitando-lhes um maior número de consultas por ano, tendo em vista os altos índices de transtornos emocionais e de autoextermínio entre esses servidores da segurança pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### PCMG

O chefe da PCMG abordou o atendimento aos policiais civis e familiares, mencionando alguns serviços prestados pela diretoria de recursos humanos da PCMG (atendimento psicoterápico individual, atendimento psicossocial de crise, acompanhamento social, visitas hospitalares, apoio psicossocial aos servidores em licença para tratamento de saúde, preparação para aposentadoria e apoio espiritual), o número de atendimentos de psicologia aos policiais civis e familiares (2.178), além da criação, por meio da Resolução nº 8.109, de 20/8/2019, de grupo de trabalho para realização de estudos e apresentação de diagnóstico relacionado ao índice de suicídio e doenças ocupacionais que acometem os servidores da PCMG.

## Requerimento

- **[RQN 3.529/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para implementação de políticas de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e de autoextermínio de servidores da instituição, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## CBMMG

Em relação ao autoextermínio, o comandante-geral apresentou tabela com informações sobre o número de suicídios de bombeiros militares ocorridos entre 1999 e 2019, totalizando 15, ou seja, média de menos de um por ano. Falou, também, sobre a política de prevenção adotada pela corporação, que reputa como muito importante em todas as áreas da segurança pública, e mencionou as iniciativas deste ano: palestra sobre prevenção do suicídio na segurança pública, ministrada pelo Maj. Edir Paixão, do CBM do Ceará, referência nacional no tema, em outubro; e capacitação de bombeiros e policiais militares para intervir em situações de suspeição de suicídio; além da rotina de exames e assessoramento profissional relacionados à saúde ocupacional.

## Requerimentos

- **[RQN 3.555/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais pedido de providências para a implementação de políticas de prevenção de transtornos emocionais e de autoextermínio dos bombeiros militares e familiares e de atendimento dos referidos transtornos, tendo em vista o aumento da ocorrência desses problemas entre os profissionais da área de segurança pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.529/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para implementação de políticas de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e de autoextermínio de servidores da instituição, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 9) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

### 9.1) Fiscalização Ambiental Orientadora e Preventiva nas atividades agrossilvipastoris

O secretário informou que a Semad está em articulação com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – para lançar e viabilizar o Programa de Fiscalização Preventiva para as Atividades Agrossilvipastoris – Fapa –, com o intuito de incentivar e instruir os produtores rurais a obter a regularização ambiental.

#### Requerimentos

- **[RQN 3.511/2019](#) (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o planejamento do Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva para as Atividades Agrossilvipastoris – Fapa – para o período 2019-2022. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.510/2019](#) (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o cronograma previsto para o programa Diálogos com o Produtor Rural. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.502/2019](#) (Comissão de Agropecuária e Agroindústria):** requer seja encaminhado à Semad e ao IEF pedido de providências para que a cartilha sobre boas práticas na agricultura seja elaborada com a participação de representantes de produtores rurais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 9.2) Destinação dos recursos da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM

O secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi questionado sobre o fato de a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – ainda não ser destinada, em sua totalidade, para a Semad, o Instituto Estadual de Florestas – IEF –, a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, conforme preconiza a Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de

2017. Ele respondeu que vêm sendo feitas várias reuniões com a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – sobre o assunto, que se comprometeu a construir com a Semad um cronograma de integralização do passivo da TFRM até 2022.

O secretário declarou, também, que já em 2019 foram destinados à Semad, conforme proposta de Lei orçamentária enviada em 2018, o valor de R\$85 milhões. Além disso, ressaltou que o recurso da taxa possibilita um alto grau de investimento e custeio em ferramentas importantes para a gestão ambiental. Nesse sentido, R\$6 milhões serão desvinculados para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, para a elaboração de um estudo de avaliação ambiental estratégica para a mineração. Para 2020, foi firmado o compromisso de a SEF integralizar todo o valor arrecadado com a TFRM ao orçamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, considerando a desvinculação de 30% das receitas previstas na Constituição da República.

Por fim, os participantes trataram do desconto de 60% do valor da TFRM previsto no Decreto nº 45.936/2012, concedido a todos os contribuintes da taxa. A Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho apresentou projeto de lei para alterar a lei da TFRM, a fim de disponibilizar o benefício apenas para quem não utilizar barragem para disposição de resíduos de mineração.

O secretário relatou que a Semad já estuda uma forma de incentivar a não utilização de barragens na mineração e que acredita que o desconto na TFRM pode ser uma saída. Além disso, acrescentou que pode ser pensado um escalonamento do desconto relacionado à tecnologia adotada, que pode exigir mais ou menos investimentos por parte do empreendedor.

Os deputados apontaram, ainda, que os recursos da TFRM seriam importantes para fortalecer o poder de fiscalização da secretaria, bem como poderiam contribuir para a implementação do plano de cargos e salários dos servidores do Sisema.

## Requerimentos

- **RQN 3.447/2019 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o cronograma de integralização do passivo do ano de 2019 referente à Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – devido à Semad. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN 3.452/2019 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a elaboração do estudo “Avaliação Ambiental Estratégica” para o setor mineral, ao custo de R\$6 milhões, a ser realizado com recursos arrecadados pela Semad por meio da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – e desvinculados para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.445/2019 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a cessão, por essa Pasta, de equipamentos adquiridos com o valor arrecadado com a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – para utilização na fiscalização de barragens no Estado por parte da Agência Nacional de Mineração – ANM. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 9.3) Modernização de Licenciamento de Energias Renováveis

A demanda do setor fotovoltaico por agilização de licenciamento ambiental de empreendimentos foi trazida nos dois ciclos do Fiscaliza, em diferentes reuniões. Na reunião da Semad, destacou-se a relevância da Lei da Energia Solar Fotovoltaica, que isentou de ICMS usinas fotovoltaicas de até 5mw (megawatts), o que tem atraído centenas de investidores para Minas Gerais. Informou-se que existem no Estado cerca de 30 plantas energizadas e mais 32 que serão implantadas até 2020, além de 400 solicitações de novas conexões. Comunicou-se, ainda, que, na geração centralizada, está em construção uma grande subestação, de 1,5gw (gigawatts) de energia solar, com conclusão prevista para 2022.

Sobre o assunto, o secretário ressaltou a alteração efetuada na Deliberação Normativa – DN – Copam nº 217, de 2017, por meio da DN Copam nº 235, de 2019, em que o potencial poluidor/degradador das usinas solares fotovoltaicas passou de médio para pequeno, e a variável ambiental “solo”, de grande para médio, com o intuito de incentivar esse tipo de empreendimento e promover sistemas de energia mais sustentáveis. Desse modo, possibilita-se a regularização ambiental desses empreendimentos por meio de Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS –, na forma de cadastro ou apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – RAS –, quando se tratar de Classe 1, e a avaliação dos critérios locais aplicáveis a cada caso concreto.

Desse modo, o processo de licenciamento ambiental tende a ser mais célere, ao englobar todas as fases do empreendimento – projeto, instalação e operação –, e permite que o empreendedor adquira o

certificado de regularização ambiental para apresentá-lo no leilão energético. Salientou a importância de a Cemig desenvolver a interligação das redes com as novas usinas fotovoltaicas para dar efetividade a essa política, tão importante no combate às mudanças climáticas.

### Requerimento

- **RQN 1.783/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para o desenvolvimento de política de incentivo à geração distribuída a partir de fontes de energia renovável, em especial a solar fotovoltaica, a eólica, a energia de biomassa e a de resíduos, com foco no tratamento tributário isonômico para as diversas fontes de energia e na agilização de processos de licenciamento ambiental, em consonância com os prazos de leilões de energia da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo.*

**Em resposta**, a Sede reforçou discurso de apoio às demandas do setor de geração distribuída, alinhando-se com as demandas de tratamento tributário isonômico para as diversas fontes de energia renovável e de simplificação do licenciamento ambiental. Sobre esse último quesito, informou estar acompanhando discussão de matéria no Copam, o que se comprova pela publicação da DN Nº 235, 25/9/2019, que reposiciona os processos de licenciamento de usinas fotovoltaicas passando a exigir apenas cadastro (LAS-Cad) ou no máximo um relatório simplificado (LAS-RAS) desses empreendimentos. Informou, ainda, sobre a Ação 1038 – FONTES RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, na proposta de PPAG 2020/23, que pretende “Alavancar o Protagonismo de Minas Gerais no Setor de Fontes Renováveis e Eficiência Energética”. A resposta, no entanto, denota desconexão entre setores do Executivo, ao citar competências e sugerir que questões tributárias sejam levadas à SEF e de meio ambiente à Semad.

## 10) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag

As principais discussões na reunião entre parlamentares e o representante da Seplag giraram em torno da situação fiscal do Estado e dos planos do governo para a superação desse problema. A proposta de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal foi bastante discutida, mas está mais detalhada na seção que descreve a reunião com as Secretarias de Estado de Fazenda ([página 61](#)) e de Governo ([página 64](#)).

### 10.1) Impactos da crise fiscal no provimento de pessoal do Estado

A temática dos impactos da atual crise fiscal do Estado de Minas Gerais no provimento e na gestão de pessoal e os reflexos dessa situação na promoção de políticas públicas permeou grande parte dos debates e dos questionamentos apresentados na reunião com a Seplag, tanto no primeiro como no segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza.

Na reunião com o titular da Seplag, no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, o secretário Otto Levy Reis informou que há previsão de nomeações de aprovados em concurso vigente apenas para cobrir as vacâncias, sem, no entanto, previsão de criação de novas vagas em qualquer carreira do funcionalismo estadual.

#### Requerimentos

- **RQN 1.842/2019 (Comissão de Administração Pública):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que não sejam interrompidas, até a realização de concurso público para provimento de cargos de professor e técnicos administrativos, as atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

No segundo ciclo os parlamentares manifestaram, principalmente, a preocupação com a recomposição do quadro de pessoal da Educação e sobre o cumprimento da determinação de pagamento do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino. Questionaram também sobre a previsão de novos concursos para provimento de cargos tanto na área de Educação, quanto na área de Segurança Pública (PMMG e PCMG). Além disso, demonstraram preocupação com o parcelamento do salário dos servidores e o pagamento do 13º.

O secretário esclareceu que não há previsão para a realização de novos concursos públicos, mas destacou que, em 2019, houve a nomeação de 425 investigadores da PCMG, 753 agentes penitenciários contratados em regime precário e a contratação de 1.000 profissionais de educação (sem esclarecer para quais cargos ou funções). Também indicou a realização do curso para formação de soldados da PMMG, previsto para fevereiro de 2020. O secretário informou, ainda, que a última parcela do 13º de 2018 dos servidores será paga em outubro de 2019. Em réplica, deputados criticaram a falta de resposta ao questionamento sobre o pagamento do piso salarial nacional e demandaram a apresentação de planejamento para pagamento dessa reivindicação da categoria.

- **RQN 3.487/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas no planejamento do Estado para a realização de concurso público para recomposição do pessoal da Educação, com previsão de data e número de vagas, por carreira. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## **10.2) Redução dos gastos do Estado**

Essa temática também permeou os debates nas reuniões com o titular da Seplag nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza. O secretário afirmou que, para o enfrentamento da crise fiscal pela qual passa o Estado, é premente a necessidade de se reduzirem as despesas obrigatórias, com iniciativas já tomadas para esse fim, tais como a aprovação da reforma administrativa, a busca por eficiência de gestão com a contratação via chamamento público de cargos comissionados de gestão, o aumento da produtividade no serviço público, por meio da revisão de processos e da automação, além da expectativa de se reduzir a contratação de pessoal, buscando alternativas para que as vagas geradas por vacância não precisem ser, necessariamente, preenchidas por concurso público. A grande preocupação expressa pelos parlamentares foi que essa contenção de despesas possa comprometer a cobertura e a qualidade da prestação dos serviços públicos, notadamente nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.

Quanto a isso, os deputados manifestaram preocupação com o não cumprimento dos mínimos constitucionais com despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE –, que é de 25% em relação à receita líquida de impostos, e com despesas com Ações e Serviços Públicos em Saúde, que é de 12% em relação a essa mesma fonte de receita.

No segundo ciclo, os parlamentares questionaram o secretário sobre o cumprimento do mínimo constitucional em educação pelo Estado e sobre o cumprimento da determinação de pagamento do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino. Argumentaram que, nos primeiros oito meses do ano, Minas Gerais deixou de investir na manutenção e desenvolvimento do ensino o valor de R\$2.419.570.325,00, o que equivale ao valor de quatro meses da folha de pagamento da Educação.

Os baixos gastos do governo com os serviços de saúde prestados à população também foram criticados pelos deputados durante a reunião. Demandou-se, então, o reexame dos regimes especiais de tributação deferidos pelo Estado e que fossem prestadas informações sobre a lista dos seus 100 maiores devedores e sobre as medidas adotadas para a cobrança dessas dívidas.

Em resposta, o secretário argumentou que a redução dos gastos do Estado está sendo realizada sem, no entanto, o descumprimento dos repasses mínimos exigidos constitucionalmente para aplicação em saúde e educação. Acrescentou que o aumento da produtividade se dará mediante a revisão de contratos e mais eficiência nos gastos públicos.

#### **Requerimentos**

- [\*\*RQN 3.309/2019\*\*](#) (**Comissão de Administração Pública**): pedido de providências para que se faça o reexame dos regimes especiais de tributação deferidos pelo Estado. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- [\*\*RQN 3.330/2019\*\*](#) (**Comissão de Administração Pública**): pedido de informações sobre a possibilidade de antecipação da realização do curso de formação de soldados da PMMG previsto para fevereiro de 2020. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- [\*\*RQN 3.334/2019\*\*](#) (**Comissão de Administração Pública**): pedido de informações sobre a lista dos 100 maiores devedores do Estado e sobre as medidas que estão sendo adotadas para a cobrança dessas dívidas. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 11) Secretaria de Estado de Saúde – SES

### 11.1) Quitação dos débitos relativos à prestação de serviços de saúde pelo SUS com os municípios e hospitais conveniados

Esse tema esteve presente nos 1º e 2º Ciclos. O secretário de Saúde informou, nos dois momentos, que, em razão do crescente déficit financeiro do Estado, a Secretaria tem priorizado o pagamento dos programas mais sensíveis à vida, para que não haja desassistência da população. Assim, os pagamentos para a Rede de Urgência, incluídos os SAMUs e as UPAs, a Rede Cegonha, e o PRO-HOSP, estão sendo realizados de forma regular.

#### Requerimentos

- [RQN 1.672/2019 \(Comissão Saúde\)](#): requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para equacionamento da questão dos restos a pagar relativos às ações e serviços públicos de saúde, com vistas a cumprir o disposto na Lei Complementar Federal 141, de 2012, considerando-se que o Relatório de Gestão apresentado por essa secretaria demonstra que as ações que dependem de recursos estaduais estão com execução extremamente baixa. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- [RQN 3.394/2019 \(Comissão Saúde\)](#): requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de pagamento aos hospitais filantrópicos e demais hospitais credenciados e conveniados com o SUS. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 11.2) Retomada das obras inacabadas na área da saúde (inclusive hospitais regionais)

Tema presente nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza. Em ambos, o secretário informou que, no momento atual, não há recursos financeiros para concluir essas obras, mas está sendo feito levantamento da situação de cada uma. Esse levantamento será importante para orientar a aplicação de recursos futuros.

Em relação aos hospitais regionais, foi criado um grupo de trabalho composto por representantes das Secretarias de Estado de Saúde, de Planejamento e Gestão e de Transportes e Obras Públicas para buscar soluções para o término das obras e posterior manutenção desses hospitais. O secretário informou que, após a publicação do edital da Tomada de Subsídios, em 14 de maio, foram cadastradas 35 instituições no processo, e que a listagem com essas instituições está disponível no site da SES. Segundo ele, o

planejamento da Pasta é realizar reuniões temáticas para discutir as obras de cada hospital regional com as instituições interessadas, realizar visitas técnicas e discutir as possibilidades de cada instituição.

### Requerimentos

- **[RQN 1.707/2019](#) (Comissão Saúde):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para alteração do Decreto nº 44.761/2008, que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual de Saúde, por meio de resoluções, de modo a se inserirem dispositivos que permitam aos municípios tanto a devolução dos recursos recebidos fundo a fundo para a construção de unidades de saúde quanto o investimento com recursos próprios para o término das obras, com vistas a solucionar o problema das unidades de saúde com obras paralisadas e a regularizar a prestação de contas dos municípios a essa secretaria. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **[RQN 3.393/2019](#) (Comissão Saúde):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as unidades de saúde com obras inacabadas no Estado, consubstanciadas no número de unidades de saúde e de hospitais com obras inacabadas, na identificação das UBS que terão suas obras liberadas para conclusão em 2019 e na especificação de quais dessas unidades com obras inacabadas são realmente necessárias para compor a rede pública de saúde. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### 11.3) Política de Atenção à Saúde da Mulher

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher participou no 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza como comissão convidada, e, por isso, foram apresentados questionamentos sobre as políticas de saúde para esse público. O secretário informou que a linha de cuidado materno-infantil é uma das linhas prioritárias da atual gestão e está em revisão pela SES. Uma questão importante da política de saúde da mulher é a humanização do parto. Em relação a isso, o secretário informou que a Secretaria desenvolve ações para a promoção da humanização dos partos e a redução da violência obstétrica no Estado, além de videoconferências permanentes com as unidades regionais de saúde para discutir estratégias de prevenção e subsidiar as ações dos municípios a fim de combater a violência obstétrica e o parto inadequado.

### Requerimentos

- **[RQN 1.701/2019](#) (Comissão Saúde):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para implantação de diretrizes e metas da saúde aprovadas nos eixos temáticos do Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais, em atendimento

a proposta deliberada na IV Conferência Estadual de Políticas para Mulheres. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **RQN 1.670/2019 (Comissão Saúde):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para pagamento dos recursos em aberto destinados à Rede Cegonha e à Casa de Apoio à Gestante e Puérpera. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 1.715/2019 (Comissão Saúde):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para reativação e apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e comitês regionais do Estado. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 3.387/2019 (Comissão Saúde):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quais ações têm sido desenvolvidas para melhorar as condições de acesso e atendimento das mulheres negras no SUS, tendo em vista que essa população sofre discriminação nos vários níveis de atenção à saúde. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 12) Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese

### 12.1) Trabalho, emprego e renda

#### Criação do Fundo Estadual do Trabalho

A criação do Fundo Estadual do Trabalho foi tema abordado no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, que gerou requerimento à Sedese, sendo também abordado pela secretária de Estado Desenvolvimento Social, na reunião do 2º Ciclo. O governo do Estado encaminhou a esta Casa projeto de lei (PL nº 1009/2019) que cria o referido fundo. Não obstante a criação do Fundo Estadual do Trabalho ser uma exigência federal para que o Estado continue recebendo recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para custear as ações do Sine, o Assembleia Fiscaliza trouxe o tema para a discussão, o que resultou na apresentação do seguinte requerimento:

#### Requerimento

- [RQN 1.706/2019](#) (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social): requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para a instituição imediata do Fundo do Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG –, necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Empregos – Sine – em Minas Gerais. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

#### Política de geração de trabalho e renda no Estado

Outra questão pautada nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza diz respeito à política de geração de trabalho e renda no Estado. Diante desse tema, a Sedese informou que estão sob sua responsabilidade as ações de qualificação profissional, que serão executadas levando em conta as características regionais e as demandas locais de mão de obra. A formulação de política de geração de emprego estaria a cargo da área de desenvolvimento econômico.

#### Requerimentos

- [RQN 1.751/2019](#) (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social): requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências

para a manutenção de postos de trabalho, a criação de novos postos e políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado.

*Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **[RQN 1.747/2019](#) (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da Secretaria de que é titular para a manutenção e a criação de postos de trabalho, bem como de políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **[RQN 3.457/2019](#) (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pela sua Pasta para fomentar a geração de emprego e renda em Minas Gerais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.458/2019](#) (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca do planejamento para a oferta de educação profissional em 2020, compreendendo dados sobre a distribuição das vagas em cada região do Estado, os cursos ofertados e o número de alunos atendidos. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.460/2019](#) (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de qualificação profissional programadas com a repactuação do saldo dos recursos do Pronatec. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## 12.2) Assistência Social

### Pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social aos municípios

Na área da assistência social, o pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social aos municípios foi tema abordado nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza, sendo objeto de vários questionamentos por parte dos deputados. Em janeiro de 2019, havia um atraso de 23 meses no pagamento do Piso Mineiro. Desde então, os recursos referentes ao Piso Mineiro vêm sendo repassados de forma contingenciada, correspondentes a 44,46% do valor integral devido por mês a cada município.

### Requerimentos

- **RQN 1.754/2019 (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para ampliar o repasse dos recursos referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social para que todos os municípios recebam o valor integral com regularidade. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 3.462/2019 (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de pagamento da complementação do Piso Mineiro de Assistência Social relativo a 2019, considerando que o Estado tem efetuado o pagamento do valor correspondente a 44,46% de cada parcela devida aos municípios. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.474/2019 (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para complementar os recursos do Piso Mineiro de Assistência Social relativos aos meses de 2019, de modo a possibilitar a transferência do valor integral devido aos municípios, bem como realizar o repasse financeiro necessário à Sedese para que se efetue o pagamento das parcelas em atraso anteriores a janeiro de 2019. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### **Estrutura organizacional da Sedese e do financiamento para o desenvolvimento das suas ações**

Além desses assuntos, vários foram os questionamentos apresentados nos dois ciclos do Assembleia Fiscaliza sobre a estrutura organizacional da Sedese e do financiamento para o desenvolvimento de suas ações. Ficou evidenciado que a Secretaria conta com uma concentração de políticas públicas desproporcional à sua estrutura e ao seu orçamento. No 2º Ciclo, os parlamentares apresentaram uma alternativa para equacionar o problema da falta de financiamento da área por meio da vinculação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – ao custeio das ações da Sedese. A secretária se comprometeu a discutir com o governo estadual sobre a destinação dos recursos do FEM. Sobre o tema foi apresentado o seguinte requerimento:

- **RQN 3.471/2019 (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para discutir com o governo do Estado a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria para o financiamento das ações da pasta. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### **Protocolo de atendimento nas situações de emergência**

Outro questionamento importante que surgiu no 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza diz respeito ao protocolo de atendimento nas situações de emergência, com destaque para as comunidades tradicionais e

quilombolas e para as populações atingidas por barragens, especificamente para os casos de Mariana e Brumadinho. A Sedese informou que as ações para as populações atingidas de Brumadinho e região da calha do Rio Paraopeba estão em fase de construção com o Comitê Gestor Pró-Brumadinho. As ações serão arbitradas pela Justiça e financiadas pela Vale S.A. Como sugestão de encaminhamento, foi solicitado ao governador do Estado, via requerimento, que desarquive o projeto de lei que institui a Política Estadual para os Atingidos por Barragens no Estado.

- **RQN 3.382/2019 (Comissão Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que desarquive o Projeto de Lei nº 3.312/2017, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, para dar celeridade à tramitação da matéria nesta Casa. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

### **12.3) Direitos Humanos**

#### **Direito à moradia e à terra**

Acerca da habitação de interesse social, tema também abordado no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, a secretária informou que estão sendo realizados diagnósticos dos municípios da Regional Teófilo Ottoni – primeira regional de implementação do programa Trajetória para a Autonomia (iniciado em agosto de 2019). Além disso, a Sedese participou de seminários – nacional e internacional – acerca da temática da habitação (em setembro de 2019). A secretária informou, ainda, que o Plano Estadual de Habitação será revisado em dezembro de 2019.

Assim como no 1º Ciclo, a secretária foi questionada pelos parlamentares sobre o planejamento existente para a mitigação do déficit habitacional no Estado e que política pública de habitação de interesse social está sendo implementada de fato (em especial, para a população em situação de rua e os imigrantes).

Em resposta, a secretária afirmou que o Estado depende de recursos federais para reduzir o déficit habitacional e que ainda estão aguardando melhor definição sobre o programa habitacional em desenvolvimento pelo governo federal – que substituirá o Minha Casa Minha Vida. Paralelamente, estão realizando levantamentos – com ONGs, por exemplo – sobre novas tecnologias habitacionais e formas de construção de qualidade por preço acessível, informações necessárias, inclusive, para a captação de recursos e para a elaboração e implementação do Plano Estadual de Habitação. A elaboração desse plano foi compromisso firmado pela secretária no 1º Ciclo. Ela declarou que a Sedese se preocupa com essa

questão e tem realizado discussões para elaboração das políticas de interesse da população de rua e dos imigrantes, ressaltando, entre as medidas prioritárias, a necessidade de um levantamento do quantitativo e da localização das pessoas a serem atendidas, além das principais demandas, por exemplo.

Sobre a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente, tema também debatido no 1º Ciclo, informou que o órgão foi reinstalado em 25/7/2019, tendo sido realizadas quatro reuniões desde então, nos dias 25/7, 7/8, 30/8 e 20/9/2019. Além de abordar a situação de quatro ocupações nas mencionadas reuniões, foram enviadas informações (havia um acúmulo) a vários órgãos estaduais, além do Ministério Público e da Defensoria Pública. Também foram enviados documentos diversos para composição ou fundamentação de processos.

Questionada sobre a ineficiência no atendimento das demandas que chegam à Mesa de Diálogo, a secretária esclareceu que existem cerca de 148 mil processos em análise na Mesa e que nem todos foram transferidos para a Sedese. No seu entendimento, é interessante que os processos tramitem primeiramente em câmara técnica, para que cheguem para definição na Mesa mais bem fundamentados e com proposta concreta de resolução, o que agilizará o atendimento das demandas. Informou que essa sugestão será apresentada na próxima reunião da Mesa, para apreciação de sua viabilidade pelos membros do órgão.

Compromissos da secretária no 1º Ciclo: elaborar plano habitacional para discutir direito à moradia, déficit habitacional e formas de financiamento; manter a Mesa de Diálogo permanente como espaço de intermediação, diálogo e solução de conflitos, mas reestruturada, com novo formato e novas prioridades, com a primeira reunião a ser realizada em junho de 2019.

## Requerimentos

- **RQN 1.712/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o estabelecimento de dinâmica regular e permanente de funcionamento da Mesa de Diálogos. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 3.588/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja colocado na pauta da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais o conflito gerado pela intenção de retirada de cerca de 400 famílias que vivem em áreas de servidão da Cemig, no Município de Contagem. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN 3.588/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja colocado na pauta da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais o conflito gerado pela intenção de retirada de cerca de 400 famílias que vivem em áreas de servidão da Cemig, no Município de Contagem. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.597/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as atividades desenvolvidas pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, especificando-se, especialmente, o atual quantitativo de casos que aguardam análise pela Mesa, o número de casos levados à Mesa durante o exercício de 2019, o número de tratativas e os resultados alcançados no ano de 2019. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.584/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para que sejam disponibilizadas, com maior transparência, informações sobre os casos, as tratativas e os resultados alcançados pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.601/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o cumprimento de protocolos de diálogo e negociação com ocupações urbanas e rurais no Estado, particularmente no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais e do Poder Judiciário, esclarecendo-se se tais protocolos foram de fato implementados de forma a prevenir o cumprimento de ordens de despejo durante o ano de 2019. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.590/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam sempre privilegiadas a mediação, a negociação e a solução pacífica de conflitos nas ações relacionadas à reintegração de posse, em áreas urbanas e rurais, com outros órgãos e a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.600/2019 (Comissão de Direitos Humanos):** requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os procedimentos previstos para a ação da PMMG em casos de reintegração de posse de propriedades urbanas ou rurais, consubstanciadas nos protocolos utilizados pelo órgão, desde o que prevê negociações preliminares até o que prevê o uso progressivo da força. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

## **12.4) Defesa dos Direitos da Mulher**

### **Enfrentamento das violências contra as mulheres**

Assim como no 1º Ciclo, as políticas públicas de enfrentamento das violências contra as mulheres, principalmente em relação às mulheres negras, foi tema priorizado e recorrente nas discussões, com foco no enfrentamento do feminicídio e na necessidade de ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – e de reestruturação das existentes.

Foi ressaltado pelas parlamentares que as políticas voltadas para as mulheres, principalmente as ações de enfrentamento da violência e de combate ao feminicídio, precisam ser tratadas como prioridade. Foi lembrado, inclusive, que o Estado de Minas Gerais se destaca por apresentar os maiores índices de feminicídio e de violência doméstica no País. Foi defendido que, no planejamento apresentado pela Sedese – que prevê a implementação de ações territoriais a partir de estratégias customizadas para a superação das vulnerabilidades –, haja um recorte mais específico, que permita uma atuação efetiva e concentrada em relação às mulheres. A população feminina, em especial a mulher negra, sofre as mais diversas formas de violência e deve, portanto, ser reconhecida e contemplada como segmento de maior vulnerabilidade. Foi enfatizada a necessidade de integração entre as políticas públicas setoriais do governo, que devem ser articuladas pela Sedese. Foi suscitado também que a agenda política e os recursos orçamentários destinados às políticas para as mulheres devem ser fortemente disputados dentro do governo: além da escassez dos recursos, a execução orçamentária é ínfima.

Com relação a essas considerações, a secretária informou que acredita que as políticas públicas devem ser concebidas e aplicadas com o critério da transversalidade, e a Sedese está começando a trabalhar dessa forma internamente. A Secretaria preocupa-se com as violências contra as mulheres e quer atuar de maneira integral, de forma a propiciar o empoderamento e a autonomia das mulheres. Sobre a falta de execução orçamentária, informou que essa situação se dá pelo contingenciamento orçamentário e declarou que é um desafio da Sedese buscar recursos internamente para as políticas de enfrentamento das violências contra as mulheres.

Segundo a secretária, em relação ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima –, o piloto foi implementado na rede de mulheres, no Centro de Referência Risoleta Neves – Cerna –, como forma de regionalizar e interiorizar os suportes e as políticas de direitos humanos, e sua

implementação também nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência dos municípios está em fase de pactuação. Além disso, há uma articulação em relação a equipamentos de direitos humanos com as Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e de Passos, e está sendo encaminhada uma pactuação com órgãos setoriais da Regional de Teófilo Otôni.

Sobre o Cerna, acrescentou que a unidade atende atualmente cerca de 50 mulheres e contará com mais uma psicóloga (que será deslocada do setor administrativo) a partir de novembro de 2019, na tentativa de reduzir a fila de espera, que tem atualmente 21 mulheres. Informou que a implantação do Sima no Cerna iniciou-se em setembro de 2019.

Sobre o Grupo Intersetorial sobre Violência Contra as Mulheres, a secretária comunicou que as reuniões são mensais, e que o foco é a qualificação da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Noticiou que a Secretaria realizou capacitação para profissionais da Rede de Atendimento à Mulher e da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher nos meses de junho e julho de 2019, bem como acerca de registro e tratativas de violações de direitos e monitoramento de casos.

Em relação ao Ônibus Lilás, firmou novamente a perspectiva de reativar o serviço em 2020 em três comunidades, em integração com as redes locais. Justificou que esses ônibus não foram reativados ainda porque a Secretaria aguarda conclusão do processo de licitação para conserto dos veículos.

Compromisso da secretária no 1º Ciclo: retorno do Ônibus Lilás, unidade móvel de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado.

## Requerimentos

- **RQN 1.679/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a continuidade da política de enfrentamento da violência contra a mulher do campo, da floresta e das águas e sobre a manutenção do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 1.711/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o papel do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **RQN 1.709/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a prevenção da violência e atendimento às mulheres vítimas da violência no interior, tendo em vista que o Estado possui 28 Centros de Referência e Atendimento à Mulher, que precisam ser acompanhados, e 825 municípios que não os possuem, bem como sobre a criação de redes locais ou regionais de enfrentamento da violência e acompanhamento das redes existentes. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- **RQN 3448/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações direcionadas às mulheres no âmbito dos projetos a serem desenvolvidos a partir da perspectiva do planejamento de atuação territorial – nos termos apresentados durante o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza –, considerando-se a necessidade do reconhecimento das mulheres como segmento de maior vulnerabilidade social e que demanda, por isso, atuação mais incisiva dos vários órgãos estatais. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

Esse tema foi debatido também na reunião da Comissão de Segurança Pública, que recebeu o secretário de Justiça e Segurança Pública, o comandante-geral da Polícia Militar, o chefe da Polícia Civil e o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar

Os deputados reconheceram as iniciativas da Polícia Militar destinadas à temática da prevenção à violência doméstica contra as mulheres, em especial o fato de ter sido alçada ao status de serviço essencial e o trabalho das Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs –, cuja atuação coloca Minas Gerais à frente de outros estados por essa estratégia exitosa. Porém, lamentaram o fato de o Estado figurar nos meios de comunicação como líder no número de feminicídios no País e o baixo número de municípios onde as PPVDs estão presentes. Ponderaram sobre os recursos financeiros necessários para a capacitação de todos os policiais militares nesse tema – como dito, agora essencial – e sobre a possibilidade de serem viabilizados por meio de emendas aos projetos de lei que dispõem sobre o planejamento e o orçamento do Estado, sendo, porém, preciso assegurar que haverá execução. Outra ponderação foi acerca do prazo para essa capacitação e do tempo para que o resultado chegue na linha de ponta. E, mesmo em face das limitações de efetivo, reiteraram, como no primeiro quadrimestre do Assembleia Fiscaliza, a expansão das PPVDs, para que estejam presentes em todos os municípios mineiros ou, pelo menos, naqueles com mais de 30 mil habitantes, priorizando regiões onde os índices de mulheres em situação de violência doméstica sejam mais altos e/ou onde haja menor presença da PMMG, a exemplo de Aimorés, Mantena e do Norte de Minas.

Além disso, os parlamentares frisaram a necessidade de políticas de amparo a esse segmento e, além de efetivo, de viaturas, equipamentos e de repressão qualificada a esses crimes, de modo a se enfrentar o crescimento do ciclo de violência. Questionou-se, ainda, os dados relativos ao feminicídio e a existência de políticas públicas integradas relacionadas ao tema. O cel.-PM Giovanni retomou informações já prestadas acerca da expansão da política de prevenção à violência doméstica contra a mulher, dizendo do plano de que ela esteja presente nos 87 batalhões e companhias independentes da PMMG por meio da formação dos policiais. Reafirmou que a prevenção à violência doméstica constitui grande desafio, e que os comandantes das unidades têm que prestar esse serviço, uma vez que agora ele é essencial. No entanto, lembrou, que é necessário treinar o efetivo, conforme a previsão apresentada de treinamento básico no biênio 2020-2021, destinado a todos os policiais militares. Mencionou, como mais uma ação dessa política, o Centro Integrado de Coordenação e Controle da PMMG, que atua no monitoramento de homens com uso de tornozeleira eletrônica como medida protetiva, assinalando tratar-se de protocolo inovador e sugerindo evento ou oportunidade para apresentá-lo aos parlamentares. Asseverou acompanhar de perto os dados relativos ao feminicídio, considerando tratar-se de um desafio e ser necessário um enfrentamento desse quadro conjuntamente com outras instâncias, assegurando que a atuação das PPVDs e a eficácia de seu protocolo têm reduzido significativamente os casos de reincidência.

Outro tópico abordado foi o aprimoramento do atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero. Wagner Pinto informou que a PCMG selecionou 17 servidores policiais civis e administrativos com formação em psicologia, serviço social e sociologia para compor a equipe de atendimento psicossocial na Delegacia de Plantão Especializada em Atendimento à Mulher – Deam – de Belo Horizonte. Além disso, com a finalidade de conscientizar e melhorar o atendimento, as policiais civis das Deams atuaram na disseminação do conhecimento sobre violência contra mulher e no aprimoramento do atendimento às vítimas, por meio de congressos, seminários, palestras e cursos de capacitação para os servidores da instituição, entre maio e agosto de 2019.

## **Feminicídio**

Assim como no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, o aumento dos índices de feminicídios foi o tema mais abordado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. As deputadas reconheceram o esforço do Estado, que culminou na queda dos índices de criminalidade apresentados pelo secretário, mas afirmaram que, em relação ao feminicídio, os dados não seguiram a mesma tendência. Verifica-se cotidianamente na

imprensa o aumento de violências contra as mulheres, especialmente do feminicídio, o que requer do Estado políticas públicas de proteção às mulheres. Questionaram quais são, de fato, as políticas públicas de Estado de enfrentamento ao feminicídio.

O tema também foi discutido na reunião com os titulares da Sejusp, PMMG, PCMG e CBMMG, ocasião em que o secretário da Sejusp reforçou o compromisso com a redução dos índices de criminalidade e reconheceu que os dados do Observatório de Segurança Pública divergem dos dados apresentados pela imprensa. Mas, defendeu a metodologia adotada pelo Observatório. Quanto ao número de feminicídios, houve, no Estado, 85 casos em 2017, 87 em 2018 e 84 em 2019. Já em Belo Horizonte, foram 5 casos em 2017, 4 em 2018 e 9 em 2019. A pedido dos parlamentares, comprometeu-se a enviar esses dados para a comissão. O chefe da PCMG apresentou os números relativos ao feminicídio, de abril a agosto de 2019: houve 69 casos de feminicídio tentado, dos quais 42% ainda têm inquéritos em andamento e 58% tiveram seus inquéritos concluídos com indiciamento; e houve, ainda, 41 casos de feminicídio consumado, dos quais 44% têm inquéritos em andamento e 66% tiveram seus inquéritos concluídos com indiciamento.

## Requerimentos

- [RQN 1.838/2019](#) (**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**): requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para implementar ações específicas e efetivas, tanto preventivas quanto repressivas, no enfrentamento do feminicídio, no âmbito da Política de Segurança Pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- [RQN 1.805/2019](#) (**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**): requer seja encaminhado ao secretário de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o plano de ação e cronograma das estratégias e diretrizes para a implantação da Rede de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual, bem como da cadeia de coleta de vestígios, pactuados no âmbito do Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis –, criado por meio do Decreto nº 46.242/2013. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- [RQN 1.847/2019](#) (**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**): requer seja encaminhado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a implantação no Estado das oito Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – que ainda estão inativas. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*
- [RQN 1.845/2019](#) (**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**): requer seja encaminhado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a nomeação de delegadas de polícia concursadas para a recomposição das equipes das Delegacias Especializadas de Atendimento

à Mulher – Deams. *Obs.: Requerimento apresentado no 1º ciclo, com resposta (ver página do requerimento).*

- **[RQN 3.465/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a inclusão, entre os indicadores de criminalidade violenta no Estado, dos feminicídios tentados e consumados. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.449/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de aumento do número de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou superior a 30 mil habitantes e sobre o cronograma para essa ampliação. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQC 5.135/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater o protocolo de monitoramento da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre homens usando tornozeleira eletrônica como medida protetiva, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha). *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQC 5.132/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da Política de Segurança Pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.463/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de providências para a criação de grupo de trabalho para desenvolver ações de prevenção e de enfrentamento das violências e do feminicídio. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.467/2019](#) (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para disponibilizar atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG no Estado, por meio da criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, da formação e capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço, da estruturação adequada das atividades legísticas e periciais e de parcerias com outras instâncias, como administrações municipais, Defensoria Pública e Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **[RQN 3.570/2019](#) (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a implementação de aplicativo

destinado a auxiliar mulheres vítimas de violência de gênero, bem como sobre se já é possível verificar os resultados de sua utilização. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*

- **RQN 3.548/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de ampliação do número de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, bem como sobre a previsão de capacitação nessa temática nos cursos de treinamento dos profissionais de segurança pública, uma vez que esse serviço tornou-se essencial, sendo, portanto, obrigatória sua oferta a todos os batalhões e companhias da instituição. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQN 3.469/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam ampliadas as Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou acima de 30 mil habitantes. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQC 5.140/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência de 22/6/2016, em Mantena, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*
- **RQC 5.151/2019 (Comissão de Segurança Pública):** requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da Política de Segurança Pública. *Obs.: Requerimento apresentado no 2º ciclo.*